



C. g.

ATA N.º 18 – Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e doze, nesta cidade de Santa Maria da Feira, no auditório da Biblioteca Municipal, reuniu às vinte e uma horas e trinta minutos, passava já da hora marcada, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, presidida pelo Exmo. Presidente da Assembleia – José Manuel Moreira Cardoso da Costa – e secretariada pelos senhores Sérgio Reis Ribeiro e Francisco Barbosa de Oliveira Maia, com a seguinte “Ordem do Dia”:

- 1 – Atas:
 - Ata N.º 15 – Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2011
 - Ata N.º 16 – Sessão Extraordinária de 13 de janeiro de 2012
 - Ata N.º 17 – Sessão Ordinária de 10 de fevereiro de 2012;
- 2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3 – Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2011 da Câmara Municipal;
- 4 – Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 2011 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento);
- 5 – Desafetação do domínio público da parcela de terreno com a área de 328 m², sita na Rua do Parque e na Rua Central, em Canedo;
- 6 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira;
- 7 – Subsídio ao Rancho Folclórico de São Tiago de Lobão
 - Autorização da repartição de encargos;
- 8 – Seguros dos Bombeiros
 - Autorização da repartição de encargos;
- 9 – Fogaças em Faiança Artística Bordallo Pinheiro
 - Fixação de Preço (para conhecimento);
- 10 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento)
 - Relatório de Atividades de 2011
 - Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças para o ano de 2012;
- 11 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia



Municipal - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

A Câmara Municipal fez-se representar, nesta sessão, pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara – Emídio Ferreira dos Santos Sousa – e pelos senhores vereadores Cristina Manuela Cardoso Tenreiro, José Manuel da Silva Oliveira, Celestino Augusto Soares Portela, Alcides Alves Branco de Carvalho, António Ferreira de Bastos, Sérgio Manuel Murteira Cirino e Márcio dos Santos Correia. -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* declarou aberta a sessão, saudando os membros presentes. ---
Deu nota da entrada na Mesa, até àquele momento, de oito credenciais: uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Argoncilhe, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – Manuel Pereira dos Santos; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Secretário daquele Executivo – David Manuel Pinho Soares Ferreira; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Caldas de São Jorge, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Rui José Ferreira Alves; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Gião, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Sara Raquel Teixeira da Rocha Baptista de Freitas; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria da Feira, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Alberto de Oliveira Tavares; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. João de Ver, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Sebastião Ferreira de Castro; uma do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto, que delegou a sua representação, nesta sessão, na Secretária daquele Executivo – Diana Luzia Gomes Resende; e uma outra do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Vale, que delegou a sua representação, nesta sessão, no Tesoureiro daquele Executivo – Paulo Jorge Lopes e Silva. -----

Informou, ainda, que dois deputados municipais – Idalina Noémia Pais de Sousa e Sá Abreu (PS) e António de Oliveira e Silva (BE) – solicitaram, nos termos da Lei, e dada a impossibilidade em estarem presentes pelos motivos expostos nas próprias comunicações, serem substituídos nesta sessão. -----

Relativamente à substituição do membro António Silva, referiu que os dois cidadãos a seguir



na lista da mesma força partidária (BE) – Nuno Miguel Pinto Serrano e Patrícia Carla Gomes Moreira – solicitaram, de igual modo, serem substituídos na presente sessão. Verificando que o cidadão seguinte dessa mesma lista – Pedro Filipe Gomes Soares – se encontrava presente para o efeito, informou a Assembleia que o Sr. Pedro Filipe Soares substituída, na sessão, o membro António Silva.-----

Relativamente à substituição da deputada municipal Idalina Abreu, comunicou que o cidadão imediatamente a seguir na lista do PS – Manuel António de Oliveira Ferreira – apesar de devidamente avisado, não se encontrava presente.-----

Para além dos membros atrás referidos – presentes em substituição/representação de outros – encontravam-se presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Adriana Marisa da Silva Cardoso; Adriano Serafim Resende Martins; Alexandra Patrícia Alves de Sousa; Ângelo César da Silva Castro; Antero Henrique Tavares da Rocha Barbosa; António Alves Cardoso; António André da Silva Topa; António Domingues Pereira; António Vilar de Oliveira; Arménio Magalhães de Oliveira; Carla Adriana da Piedade Moreira e Santos Pinto; Fernanda Paula Marques Oliveira; Francisco Barbosa de Oliveira Maia; Jorge Manuel Fernandes Oliveira da Silva; José Carlos Pinto da Silva; José Manuel Milheiro de Pinho Leão; José Manuel Moreira Cardoso da Costa; Leandro José Dias dos Reis; Lia Andreia Cristóvão Ferreira; Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes; Manuel da Mota Pinho; Manuel Fernandes Pinheiro; Marco Aurélio Oliveira Jesus; Maria Filomena Leite Ferreira; Maria Marília da Conceição e Paiva Brandão; Maria Olinda de Oliveira Reis Coelho; Pedro Miguel de Pinho Pereira; Rui Jorge Ribeiro Tavares; Telmo André dos Santos Gomes; Victor José dos Santos Neves; e os Presidentes das Juntas de Freguesia de Canedo – Vítor Carlos Latourrette Marques; Escapães – Gastão Valente Pinto da Silva; Espargo – Susana Alexandra Lopes Correia; Fiães – Bernardino Henriques Ribeiro; Fornos – Luis André Dias Ferreira Assunção dos Santos; Guisande – Mário Luís Fernandes da Silva; Lobão – José Henriques dos Santos; Louredo – José Fernando Moreira; Lourosa – Sérgio Reis Ribeiro; Milheirós de Poiães – Augusto de Pinho Santos; Mosteirô – Manuel Fernando Brandão Ferreira Custódio; Mozelos – Jorge Manuel Ferreira Ferreira; Nogueira da Regedoura – Henrique Pereira Ferreira; Paços de Brandão – Firmino Gomes da Costa; Pigeiros – Feliciano Martins Pereira; Rio Meão – Mário Jorge de Castro Reis; Romariz – Manuel Jacinto da



Conceição Moreira; Sanfins – José Fernandes Leite; Santa Maria de Lamas – Francisco Camilo Gomes Pinto Ferreira; Sanguedo – José Nogueira da Silva; S. Paio de Oleiros – David Ferreira Rodrigues; e Travanca – António Sérgio Gonçalves Silva. -----

Seguidamente, e na sequência do que foi sugerido à Mesa e aceite pela mesma na sessão de 25 de Junho de 1999 quanto à omissão da leitura da síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa deste Órgão, e que continuou a ter a aceitação de todos e por isso continua a ser prática durante este mandato, o Sr. Presidente da Assembleia informou que se encontrava disponível a relação, bem como os respetivos documentos, para que os Srs. membros os pudessem consultar, caso o pretendessem.-----

É do seguinte teor a síntese da correspondência recebida e emitida pela Mesa da Assembleia Municipal, após a sessão ordinária de 10 de fevereiro de 2012: -----

- “Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira, informando que, na sessão realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, a Assembleia Municipal deliberou reconduzir os cidadãos eleitores António Manuel Rocha Espassandim, Casimiro Loureiro Dias de Pinho, Alexandra Patrícia Alves de Sousa e Frutuoso Tomé dos Santos Resende, para integrarem a comissão alargada daquela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão extraordinária que aquela Assembleia realizou no dia 14 de fevereiro de 2012, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Paio de Oleiros, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo cópia da moção de rejeição da Reforma da Administração Local, aprovada pela respetiva Assembleia de Freguesia na sessão extraordinária de 24 de janeiro de 2012; -----
- Comunicação do munícipe Carlos Gomes Rodrigues, da freguesia de Paços de Brandão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando, em complemento das suas comunicações anteriores, sugestões relativamente à Reforma da Administração Local no Concelho de Santa Maria da Feira; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Mealhada, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da moção relativa ao assunto Reforma da



-
- Administração Local, aprovada por aquele Órgão na sua sessão de 27 de janeiro de 2012; -
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à D.^a Aurora de Barros Pinto dos Reis, levando ao conhecimento da mesma o teor do voto de pesar aprovado por este Órgão na sua sessão realizada no dia 10 de fevereiro de 2012, de homenagem à memória do Sr. Armando Soares dos Reis (seu marido); -----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 06 de fevereiro de 2012; -----
 - Comunicação do munícipe Carlos Gomes Rodrigues, da freguesia de Paços de Brandão, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, apresentando, em complemento das suas comunicações anteriores, sugestões relativamente à Reforma da Administração Local no Concelho de Santa Maria da Feira; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia de duas moções aprovadas na sessão realizada por aquela Assembleia no dia 14 de fevereiro de 2012, apresentadas pelos eleitos da CDU, intituladas “Sobre a forma de eleição, competências e meios das Áreas Metropolitanas” e “Sobre a proposta de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica”; -----
 - E-mail do Sr. Secretário-Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a circular n.º 22/2012-PB, enviando a Resolução do Conselho Diretivo da ANMP, relativa à Proposta de Lei n.º 44/XII que diz respeito à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; -
 - Ofício do Sr. Presidente da Comissão Executiva da AMP – Área Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo exemplar da iPorto 23 – agenda metropolitana da cultura (bimestre de março e abril de 2012) que reúne os vários eventos da área da cultura dos 16 Municípios que integram aquela Área Metropolitana; -----
 - E-mail da Assembleia Municipal da Valongo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia de três moções aprovadas por aquele Órgão na sua sessão de 28 de fevereiro de 2012, no âmbito da proposta de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica; -----
-



- E-mail do Sr. Presidente do Conselho Diretivo da ANAFRE – Associação Nacional de Freguesias, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente no Encontro Nacional de Freguesias, que se realizou no dia 10 de março, para apreciação da Proposta de Lei n.º 44/XII – Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;-----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 20 de fevereiro de 2012;-----
- E-mail do munícipe Mário Canossa Dias, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo reclamação que igualmente dirigiu à Câmara Municipal, relativa a eventuais despejos de esgotos por uma viatura da Câmara, junto à sua residência, na Rua José Luís Bastos – Santa Maria da Feira; -----
- E-mail do jornalista do Jornal de Negócios – Bruno Simões, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando saber quais as iniciativas tidas no Município no âmbito da Proposta de Lei relativa à Reorganização Administrativa Territorial Autárquica;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Gaia, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia de três moções aprovadas por aquele órgão na sua sessão de 29 de fevereiro de 2012, sobre o “impacto da eventual extinção da autonomia de gestão do Porto de Leixões e do Aeroporto Francisco Sá Carneiro no tecido económico dos Municípios da Área Metropolitana do Porto”;-----
- Ofício da Chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Administração Pública, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia da informação n.º 652/DRJE, da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, sobre o assunto “Eleitos locais em regime de não permanência. Exercício de funções públicas por aposentados. Compensação para encargos e senhas de presença”;-----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 05 de março de 2012;-----
- Ofício do Presidente cessante da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira – Sr. Horácio Sá, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo,



após seis anos ao serviço daquela Comissão, toda a colaboração que teve por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, bem como da própria Assembleia e de todos os que dela fazem parte, desejando que tal colaboração seja, no futuro, ainda mais ativa e, se possível, melhorada; -----

- Ofício da Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Espargo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia da moção aprovada pela respetiva Assembleia de Freguesia na sessão de 28 de dezembro de 2011, de rejeição do Livro Verde da Reforma da Administração Local; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Distrital de Aveiro, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convocando-o para a reunião ordinária que aquela Assembleia Distrital realizou no dia 16 de abril de 2012, bem como indicando a ordem de trabalhos dessa reunião; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo duas declarações para cumprimento do estipulado no n.º 2, alínea c), artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro; -----
- Ofício do Sr. Secretário da Mesa da Assembleia da República, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando, na sequência do requerimento n.º 2066/XII,1.^a-AL apresentado pelo Senhor Deputado Altino Bessa, e atento o teor do mesmo, as diligências necessárias à emissão da pretendida informação; -----
- Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 19 de março de 2012; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito da Oposição do ano de 2011; -----
- Ofício da Direção Nacional do CESP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, sobre o assunto “Abertura dos Estabelecimentos Comerciais no 1.º de Maio”; -----
- Ofício do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo fotocópia da moção aprovada pela respetiva



-
- Assembleia de Freguesia na sessão de 28 de março de 2012, referente à “Reforma Administrativa”;-----
- Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, para conhecimento, o texto da moção aprovada por aquele Órgão na sua sessão de 13 de fevereiro de 2012, “sobre o modelo de governação portuária”;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Pigeiros, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor de uma moção aprovada por aquela Assembleia de Freguesia, contra a extinção da Freguesia de Pigeiros;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Assembleia de Freguesia de Nogueira da Regedoura, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo o teor de uma moção aprovada por aquela Assembleia de Freguesia, relativamente à posição assumida no cumprimento da Lei n.º 44/II – Reorganização do Território;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, aos líderes dos grupos municipais com representação neste Órgão, remetendo, para conhecimento, fotocópia de três documentos, nomeadamente uma moção da Assembleia Municipal do Porto sobre o Modelo de Governação Portuária; o Estatuto do Direito da Oposição – Relatório de Avaliação do ano de 2011; e declarações remetidas pelo Sr. Presidente da Câmara, no cumprimento do estipulado no n.º 2. Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro;-----
 - Ofício do Sr. Vereador do Pelouro de Administração, Finanças e Desenvolvimento Económico, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, a minuta e a ata da reunião da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira de 02 de abril de 2012;-----
 - E-mail da Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Espargo, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da moção aprovada pela respetiva Assembleia de Freguesia na sessão de 13 de abril de 2012, relativa à Proposta de Lei n.º 44/XII;-----
 - E-mail da Junta de Freguesia de Travanca, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo teor da moção aprovada pela respetiva Assembleia de Freguesia na sessão de 10 de abril de 2012, relativamente à reforma da administração local;-----
 - E-mail da Chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo a resposta do Ministério da Economia e do Emprego, à
-



- pergunta sobre a variante à EN 326 Feira/Mansores (Arouca);-----
- E-mail do Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Mirandela, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para um “Debate sobre Assembleias Municipais”, a levar a efeito no próximo dia 26 de maio de 2012;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, remetendo, nos termos da Lei, informação escrita acerca da Atividade e Situação Financeira do Município, para ser presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2012;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão (remetido por protocolo), convocando-os para esta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2012, bem como informando qual a respetiva Ordem do Dia;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, da realização desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2012, e indicando a respetiva Ordem do Dia;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, a todos os membros que constituem este Órgão, relativo a aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2012;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, informando-o, bem como à Exma. Câmara, do aditamento de um ponto à Ordem do Dia desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, de 30 de abril de 2012;----
 - E-mail da Sr.ª deputada municipal Idalina Sá Abreu (PS), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2012, por motivos de carácter pessoal, requerendo, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais;-----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Metropolitana do Porto, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, convidando-o para estar presente na sessão ordinária que aquela Assembleia realizou no dia 26 de abril de 2012, bem como indicando a Ordem de Trabalhos dessa sessão;-----
 - Ofício da Direção da Associação Cultural e Recreativa da Remolha, ao Sr. Presidente da



-
- Assembleia Municipal, solicitando o pagamento do subsídio atribuído àquela Associação no ano de 2009; -----
- E-mail do membro António de Oliveira e Silva (BE), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2012, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, remetendo, para conhecimento e devidos efeitos, fotocópia do ofício que lhe foi endereçado pela Direção da Associação Cultural e Recreativa da Remolha, relativamente ao pagamento de um subsídio atribuído àquela Associação; -----
 - Convite da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para a Comemoração do 91.º Aniversário daquela Associação, de acordo com o programa constante do convite; -----
 - Ofício da FENPROF – Federação Nacional dos Professores, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, subordinado ao assunto “Constituição de grandes agrupamentos de escolas”;-----
 - E-mail da munícipe Andrea Domingos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, solicitando a inscrição da munícipe Juliana Marques, para intervir no Período de Intervenção do Público desta sessão ordinária de 30 de abril de 2012, a respeito da realização de uma tourada numa das cidades do Concelho;-----
 - E-mail do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Lobão – José Henriques dos Santos, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, comunicando que deixou de ser remunerado, a partir do dia 31 de março de 2012, deixando de estar no regime de meio tempo; -----
 - Ofício do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Feira, associando-se, na impossibilidade de estar presente aos atos comemorativos do 91.º aniversário daquela Associação, a esses atos, salientando o inestimável serviço que ao longo de décadas a mesma tem prestado à comunidade municipal e homenageando e evocando a memória de todos quantos, generosa e muitas vezes abnegadamente, lhe dão ou deram o melhor de si;-----
 - E-mail de Nuno Miguel Pinto Serrano (cidadão seguinte ao membro António de Oliveira e Silva na lista do BE), ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal, informando não poder
-



estar presente nesta sessão ordinária da Assembleia Municipal de 30 de abril de 2012, solicitando, por esse motivo, a sua substituição na sessão, nos termos legais; -----

- Diversos jornais e revistas.”-----

PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* informou que deu entrada na Mesa quatro moções (uma do PS, duas do BE e uma da CDU) e duas propostas (do BE), fazendo sobressair que seria feita a leitura dos referidos documentos e que, posteriormente, daria a palavra a um representante de cada um dos grupos municipais, para se pronunciarem sobre os mesmos. Pediu, em seguida, a um dos Secretários da Mesa para efetuar a leitura dos documentos supramencionados, cujos teores, seguidamente, se transcrevem: -----

Moção subscrita pelos membros Carla Adriana Pinto e António Cardoso (PS):-----

“Considerando que as Cofederações de Associações de Pais (CONFAP e CNIPE) têm manifestado duras críticas ao modelo de agregação de Agrupamentos de Escolas que está a ser implementado.-----

Considerando a posição da ANMP que se sente ultrapassada na concretização deste processo chegando a admitir a devolução das competências com pessoal não docente, Ação Social e manutenção de edifícios para o Estado porque não foi devidamente ouvida.-----

Considerando a discordância de muitos Conselhos Gerais, Conselhos Pedagógicos, Conselhos Municipais de Educação e das Comunidades Educativas em especial.-----

Considerando os fatores de instabilidade derivados com a concentração de meios e recursos, como a sobrelotação de bufetes, refeitórios e bibliotecas a par da revisão curricular.-----

Assim a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida a 30 de abril de 2012 delibera recomendar à Câmara Municipal:-----

1. que recuse a criação de Mega - Agrupamentos de Escolas no nosso Município sempre que razões economicistas ponham em causa o bom funcionamento das Escolas com efeitos na qualidade do ensino.-----
2. que se promova o diálogo com as entidades responsáveis pelo acompanhamento da rede escolar no concelho designadamente os Conselhos Gerais das Escola e o Conselho Municipal de Educação.-----
3. nos casos em que a agregação seja inevitável a escola sede do agrupamento deverá ser



escolhida criteriosamente, tendo em vista que nesta, naturalmente será instalado o Ensino Secundário obrigatório. Um dos critérios que salientamos deverá ser a tendência de crescimento da população escolar e as distâncias que os alunos têm que percorrer para frequentarem o Ensino Secundário.” -----

Moção apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE):-----

“SUSPENSÃO DA LEI DOS COMPROMISSOS-----

A autonomia do Poder Local foi, sem dúvida, um dos motores para o desenvolvimento do País a partir do 25 de Abril; é, ao mesmo tempo, um exercício de garante de democracia, mas encontra-se ameaçada, quer pelo estrangulamento financeiro dos municípios, quer pela Lei dos Compromissos que coloca as autarquias sob tutela do Ministério das Finanças. -----

A Lei dos Compromissos exige autorização prévia do Ministro das Finanças no caso de as autarquias pretenderem assumir um compromisso ou executar um investimento plurianual, assim como exige autorização prévia do Ministro das Finanças no caso de as autarquias pretenderem um aumento temporário de fundos. -----

Esta Lei anula a autonomia do Poder Local e anula a capacidade de uma autarquia poder planear, investir e desenvolver, obrigando-as a parar no tempo, sem capacidade para mais que não seja a gestão corrente. -----

É uma situação que não se pode aceitar por colocar a democracia local sob tutela das Finanças e porque num momento de grave crise social, as autarquias devem estimular respostas e medidas económico-sociais, algo que é impossibilitado por esta lei. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 30 de Abril de 2012 recomenda: -----

1. Enviar ao Governo esta recomendação, exigindo a suspensão imediata da Lei dos Compromissos, de modo a desencadear um debate que possibilite a sua melhoria e adequação ao poder local; -----
2. Que a Moção seja enviada para a Assembleia da República e partidos com assento parlamentar.” -----

Moção apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE):-----

“1.º DE MAIO, DIA DO TRABALHADOR -----



Quando em 1886, os operários de Chicago saíram às ruas em manifestação, pretendiam a dignificação do trabalho, assim como a sua própria dignidade, exigindo direitos laborais e sociais até então inexistentes. Este dia foi o início de uma luta intensa nos EUA pela redução do horário de trabalho e pela conquista da dignidade no trabalho. -----

Em vésperas do 1º de Maio, que em Portugal só passou a ser comemorado livremente a partir do 25 de Abril, percebe-se que se tem que resgatar para os trabalhadores o direito ao trabalho e os direitos no trabalho. -----

Em tempo de crise ouvimos a chantagem feita sobre os trabalhadores, querendo que se trabalhe mais horas e mais dias por menos dinheiro; querendo que se percam subsídios de férias e de natal; querendo que se perca o direito a indemnização no caso de despedimento. O mercado de trabalho virou selva com as alterações selvagens às relações laborais. O trabalhador perde, dia após dia, governo após governo, os seus direitos. Conquistas de décadas, que foram conquistadas depois de muito sangue derramado estão a ser desmanteladas, tudo com a chantagem sobre a crise. -----

Está em marcha um processo que retira dignidade ao trabalho e ao trabalhador. Soubemos há dias que em Portugal se recebe de salário menos de metade daquilo que é a média europeia; sabemos também que em Portugal – ao contrário do que dizem PSD, CDS e Merkel – se trabalham mais horas e mais anos do que na maior parte dos países europeus. A Autoridade para as Condições do Trabalho revelou há dias que mais de 700 empresas em Portugal têm salários em atraso para com os seus trabalhadores, o que nos dá uma visão concreta da realidade que é o mundo do trabalho hoje. -----

Exige-se sacrifícios, mas sabemos que esses só recaem sobre quem trabalha; exigem sacrifícios mas a execução fiscal mostra que a receita diminui e a dívida aumenta! -----

Em vésperas do 1.º de Maio, é hora de exigir dignidade ao trabalho, direitos a quem trabalha, nomeadamente direito ao salário justo, direito a tempo livre e de lazer, direito a estabilidade na vida, direito a ter uma vida condigna com o seu salário. Direito ao trabalho também, sendo fundamental combater o desemprego e enterrar a austeridade! -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 30 de Abril de 2012 -----

1. Saúda todos os trabalhadores portugueses, nomeadamente as trabalhadoras e os trabalhadores do concelho e solidariza-se com todos os que se encontram em situação de desemprego ou em situação de salários em atraso;-----



2. Reconhece a exigência inadiável de uma política que garanta o aumento dos salários, a estabilidade de vida, a criação de emprego e que combata o abuso e a exploração.” -----

Proposta apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE): -----

“PROIBIÇÃO DE APOIOS PÚBLICOS A EVENTOS QUE PROMOVAM SOFRIMENTO ANIMAL -----

A tourada é um ato bárbaro e cruel, de extrema violência sobre o animal, provocando-lhe sofrimento inimaginável, ferimentos graves e posterior morte. A promoção do sofrimento animal como forma de entretenimento é inadmissível numa sociedade que se quer moderna e que queira pertencer ao séc. XXI. -----

Por isso, a notícia de realização de uma tourada em Lourosa, no dia 6 de maio, surpreende por ser contrária a tudo o que deve ser cultura e entretenimento e por estar completamente em contra-ciclo com a evolução social e cultural exigida para o nosso século. Numa altura em que vários países ou regiões estão a abolir este ato de puro sadismo -- como é o caso do Equador ou da Catalunha -- não podemos permitir que em Portugal, e em particular no concelho de Santa Maria da Feira, a violência vire cultura.-----

No caso de Lourosa, nem sequer podem utilizar o argumento da tradição, apenas o do prazer sádico de fazer sofrer e ver sofrer um animal indefeso. Não se compreende esta ação de pura promoção do sofrimento animal numa época em que deveríamos proceder à promoção da verdadeira cultura. -----

Este é o momento de escolher a cultura contra a violência, o entretenimento contra o sofrimento. Por isso entendemos que a realização de espetáculos com animais que impliquem o seu sofrimento físico ou psíquico não pode ser alvo de apoio institucional, ou seja, que nenhum recurso ou apoio público pode contribuir para este tipo de práticas.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 30 de abril de 2012 delibera:

1. A proibição de qualquer apoio público por parte da Câmara Municipal de Santa Maria da Feira a eventos que inflijam sofrimento físico ou psíquico, que firam ou que levem à morte de animais;-----

2. A proibição abrange apoios financeiros, como subsídios ou isenção de taxas, apoios logísticos ou humanos, como cedência de locais, de instalações, de estruturas ou qualquer tipo de apoio humano ou logístico na realização deste tipo de eventos.” -----



Proposta apresentada pelo membro Pedro Filipe Soares (BE):-----

“REALIZAÇÃO DE REFERENDOS LOCAIS SOBRE EXTINÇÃO DE FREGUESIAS-----

Considerando que:-----

- 1 – O governo apresentou uma proposta de lei (nº 44/XII) conducente à supressão e agregação de freguesias que prevê como critério imperativo à eliminação em cada município de 50 a 55% das freguesias urbanas e de 25 a 35% das restantes;-----
- 2 – A identidade local existe e é arraigada, especialmente nas comunidades de menor dimensão populacional, que de acordo com os princípios orientadores da reforma em estudo, serão o principal alvo;-----
- 3 – As autarquias locais são comunidades cuja existência dotada de autonomia local está legitimada, muitas vezes por centenas de anos de construção de uma identidade comum;-----
- 4 – A Constituição de 1976 reserva para a lei da Assembleia de República a divisão administrativa – artigos 164º, alínea n) e 236, nº 4 – exigindo assim a exclusiva competência do órgão legislativo dotado da legitimidade directa do voto dos cidadãos;-----
- 5 – A Constituição exige ainda, quanto às alterações ao mapa dos municípios, seja ela por criação, extinção ou modificação territorial, a audição dos órgãos do município afectado (artigo 249º);-----
- 6 – Igual exigência acaba por decorrer da Carta Europeia da Autonomia Local, tratado internacional ao qual Portugal aderiu e se encontra vinculado, e que exige, no seu artigo 5º: As autarquias locais interessadas devem ser consultadas previamente relativamente a qualquer alteração dos limites territoriais locais, eventualmente por via de referendo, nos casos em que a lei o permita;-----
- 7 – Nenhuma força política representada nos órgãos do Município apresentou no seu programa eleitoral o compromisso de extinguir/fundir freguesias no concelho de Santa Maria da Feira.-----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, reunida no dia 30 de Abril de 2012 propõe-se a:-----

1. Assumir o processo de realização de referendos locais nas freguesias eventualmente afectadas por extinção, fusão ou alteração territorial, obtido o acordo das respectivas Assembleias de Freguesia.-----
2. Remeter a presente moção a Suas Excelências o Presidente da República, o Primeiro-



ministro, o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia de República, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias.”-----

Moção apresentada pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU): -----

“CONTRA A EXTINÇÃO DE FREGUESIAS: EM DEFESA DO PODER LOCAL DEMOCRÁTICO-----
A Assembleia da República aprovou no dia 13 de Abril com os votos favoráveis do PSD e CDS a Proposta de Lei nº 44/XII que aponta para a extinção de centenas de freguesias. -----
Esta legislação a ser promulgada pelo Presidente da República e a ser aplicada representará um grave atentado contra o poder local democrático, os interesses das populações e o desenvolvimento local. Ao contrário do anunciado «reforço da coesão» o que daqui resultará serão mais assimetrias e desigualdades. Juntar os territórios mais fortes, mais ricos ou com mais população com os mais fracos ou menos populosos traduzir-se-á em mais abandono, menos investimento local, menos serviços públicos, menos coesão para quem menos tem e menos pode.-----

Ao contrário dos «ganhos de eficiência e de escala» que resultariam da «libertação de recursos financeiros» o que se teria era menos proximidade e resposta directa aos problemas locais com menos verbas e recursos disponíveis. -----

As freguesias representam em termos do Orçamento do Estado – 0,1% do total – e em nada contribuem para a dívida pública. É clara fica a intenção do governo – atacar o poder local e os direitos das populações ao bem-estar e à satisfação das suas necessidades locais. No Município da Feira, Espargo, Travanca, Nogueira da Regedoura, Souto, Pigeiros já se pronunciaram contra a extinção ou agregação das suas freguesias, afirmando recorrer a todas as formas de luta para manter a sua identidade. -----

Considerando que a manifestação nacional de freguesias do dia 31 de Março convocada pela ANAFRE e por Plataformas contra a liquidação das freguesias, constituiu uma inapagável resposta das populações em defesa da sua identidade e raízes, uma poderosa expressão de afirmação dos seus direitos e identificação com as suas freguesias e respectivos órgãos autárquicos, tal como já o fora o Congresso da ANAFRE em 2 e 3 de Dezembro de 2011, o Encontro Nacional de Freguesias de 10 de Março de 2012, assim como as múltiplas manifestações de descontentamento, conjuntas ou de cada freguesia e município. -----



A liquidação de centenas de freguesias representaria um enorme empobrecimento democrático traduzido na redução de mais 20 mil eleitos; enfraquecimento da afirmação, defesa e representação dos interesses e aspirações das populações que a presença de órgãos autárquicos assegura; o aprofundamento das assimetrias e perda de coesão territorial, social e económica, o abandono ainda maior das populações, o acentuar da desertificação e um ataque ao emprego público com milhares de trabalhadores das freguesias extintas cujo destino futuro será o despedimento ou a mobilidade. -----

A Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira reunida em 30 de Abril de 2012 delibera: ---

1 – Manifestar a sua oposição a propostas de liquidação de freguesias e afirmar a defesa do actual número de freguesias, por aquilo que representam para as populações, com reforço das suas competências e meios financeiros.-----

2 – Apelar às Câmaras e Assembleias Municipais para recusarem ser cúmplices da liquidação de freguesias nos seus concelhos, não aceitando a chantagem da eventual redução de 20% das freguesias a extinguir, como se duma promoção comercial se tratasse. -----

3 – Exortar a ANAFRE e ANMP a não pactuarem com este processo, não indicando representantes para a chamada “Unidade Técnica”. -----

4 – Reivindicar do Presidente da República a não promulgação desta legislação em conformidade com as suas responsabilidades constitucionais e em consonância com as suas declarações contra o agravamento das assimetrias regionais, a desertificação e o despovoamento do interior, e em defesa da identidade local. -----

5 – Apelar a todos os autarcas, aos trabalhadores das autarquias, ao movimento associativo e à população para o prosseguimento da luta e das diversas acções, contra a extinção de freguesias e em defesa do poder local democrático.”-----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que iniciou por aludir à moção apresentada pelo grupo municipal do PS, dizendo que queria vincar a ideia de que se recuse a criação de mega-agrupamentos sempre que as razões economicistas, que sustentam as medidas para a agregação de agrupamentos de escolas, ponham em causa o bom funcionamento das escolas. Referiu que, como é dito na moção, quando for inevitável a agregação a mesma deve ser suportada em critérios objetivos, para que não se criem problemas no futuro desses agrupamentos. -----



Relativamente à proposta sobre a proibição de apoios públicos a eventos que promovam sofrimento animal, disse que o PS tem uma posição aberta, que não tem uma orientação de voto e que, portanto, cada membro daquele grupo municipal votava tal matéria de acordo com a sua consciência. Referiu não ser simpatizante de touradas mas que, porém, gosta de ver uma boa garraiada e uma solta de touros porque sente que, nesses eventos, existe um interface entre o homem e o animal diferente daquele que existe numa tourada. Disse, todavia, que considera que nas zonas onde existe a tradição da tourada essa tradição deve ser respeitada, mas que não ajudará a promover tal prática em zonas onde não existe essa tradição. Deu nota de que, pessoalmente, votava favoravelmente a proposta. -----

Quanto à moção sobre a suspensão da Lei dos Compromissos, disse que o PS vota a favor, mas que queria fazer um reparo relativamente a esse assunto. Referiu tratar-se de uma Lei sobre a qual o Governo diz que apenas os municípios não cumpridores têm medo, ressaltando que sendo o Governo a proferir tal afirmação, e sendo o Município de Santa Maria da Feira do mesmo partido do Governo, que não fazia muito sentido o que se estava a passar. -----

Referiu, todavia, ser sentido por todos que a Lei em questão é muito bloqueadora para o funcionamento das autarquias e que acaba por ser a censura ao Poder Local e que, assim sendo, os eleitos do PS na Assembleia Municipal votam favoravelmente a extinção da Lei dos Compromissos. -----

Em relação à moção sobre o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, disse que, por razões óbvias e pelos fundamentos apresentados, os eleitos do PS a votavam favoravelmente. -----

A propósito da proposta sobre a realização de referendos locais sobre a extinção de freguesias, disse que os eleitos do PS a votam favoravelmente, frisando que o PS é contra a extinção de freguesias. Disse, contudo, que no texto da proposta existe um parágrafo cuja aplicabilidade pode não ser fácil, ressaltando que o referendo exige determinados espaços temporais, salientando que pode não ser possível serem cumpridos. -----

O membro António Cardoso concluiu a sua intervenção aludindo à moção apresentada pela CDU, dizendo que, de igual modo, o grupo municipal do PS a votava favoravelmente porque, como já referiu, é contra a extinção de freguesias, ressaltando que tudo fará para que esse processo não singre porque não vislumbra qualquer ganho com a extinção de freguesias. -----

Interveio o membro *Pedro Soares* (BE) que começou por aludir às moções e propostas



apresentadas pelo Bloco de Esquerda, dizendo que todas têm, na sua tónica e no seu subjacente, a narrativa de que a modernidade se deve sobrepor ao retrocesso.-----

Referiu que o BE apresentou a proposta sobre a proibição de apoios públicos a eventos que promovam o sofrimento animal porque considera que está a haver um retrocesso do que era a prática em Santa Maria da Feira, como é o caso da tourado prevista acontecer nos próximos dias, em Lourosa. Salientou que, nessa medida, o BE entende que a Assembleia Municipal deve deliberar para que não haja qualquer apoio público, de qualquer tipo, à promoção dessa tourada. Disse ser do entendimento que, num momento em que no País se grita por mais cultura e mais modernidade, não se deve voltar ao espetáculo que se baseia, pura e simplesmente, no sofrimento do animal e, depois, na condenação do mesmo à morte.-----

Referiu que deve existir uma cultura contra a violência e que, por isso, o BE propõe a modernidade contra a barbárie, dizendo esperar que a Assembleia Municipal tenha uma voz forte contra a iniciativa da tourada. Ressaltou ainda que essa iniciativa lhe parece descabida porque não existe qualquer tradição, a esse nível, no Município de Santa Maria da Feira e que, portanto, nem esse último resto da argumentação pode ser utilizado.-----

A propósito da proposta para a realização de referendos locais sobre a extinção de freguesias, disse que, com essa proposta, se insiste na modernidade do próprio processo, frisando que o Poder Local e a existência do poder de proximidade foi uma construção da modernidade e uma construção do 25 de Abril. Salientou que com a extinção das freguesias quer-se colocar os eleitos mais longe dos eleitores bem como fazer um ataque ao Poder Local e, portanto, desmembrar o 25 de Abril, sublinhando que as pessoas que vão sofrer essas medidas devem ser ouvidas e devem ter a possibilidade de votar, num referendo, sobre a extinção, fusão ou alteração administrativa da sua freguesia.-----

No âmbito da moção relativa à Lei dos Compromissos, referiu que essa lei é um aborto jurídico e que até ele, não sendo jurista, percebe que a única forma daquela lei ser cumprida é contornando-a. Fez sobressair que no último ponto da Ordem do Dia da sessão vai perceber-se como, no dia a dia, vai procurar-se aquele buraco onde se pode fintar, ou seja, aquele espaço onde não se tem que prestar contas, frisando que isso é exatamente o contrário daquilo que se pretende com a Lei dos Compromissos, ressaltando que essa Lei provoca mais irresponsabilidades e empurra as pessoas para o incumprimento. Realçou que o próprio Governo diz que a Lei não é muito boa mas que vai ser regulamentada, ressaltando, a esse



respeito, que a não ser que haja um regulamento que transforme a Lei num queijo suíço, devido aos tantos buracos que tem de criar, não há alternativa para essa Lei. Frisou que, pelo que expôs, o BE entende que a Lei dos Compromissos deve ser suspensa para, posteriormente, num debate rico, plural e elevado, ser melhorada no sentido de reduzir o tempo de pagamento das várias administrações públicas e para, no fundo, ter-se um Estado que presta contas. -----

Relativamente à moção de saudação ao 1.º de Maio, disse que o BE apresentou essa moção por considerar que, atualmente, assiste-se a um retrocesso contra o que foi conquistado, sublinhando que os jovens estão, cada vez mais, condenados a situações precárias, a terem um trabalho a prazo, a recibos verdes, fazendo sobressair que, para esses, a cor verde já não é de esperança mas sim de condenação. Salientou, então, que pelo simbolismo que tem no passado e pela carga que tem de transportar para o futuro, o BE entende que deve ser saudado o 1.º de Maio, Dia do Trabalhador.-----

O membro Pedro Soares prosseguiu aludindo à moção apresentada pelo PS, dizendo que a condenação aos mega-agrupamentos une o BE a essa moção mas que, todavia, porque é sabido que muitos dos mega-agrupamentos tiveram origem no que era o postulado no Governo de José Sócrates, que a sua formulação é defensiva. Fez notar que o BE vai-se abster nessa moção não porque discorde da ideia genérica contra os mega-agrupamentos mas porque a moção, particularmente nos seus pontos n.ºs 2 e 3, já trata da inevitabilidade dos mega-agrupamentos e das formas de os tornarem aplicáveis no Concelho. -----

Sobre a moção apresentada pela CDU, disse que o BE a vota favoravelmente porque considera que a extinção de freguesias, em consonância com o defendido pela proposta apresentada pelo BE a esse respeito, é um ataque ao Poder Local e, em particular, um ataque às pessoas porque lhes tenta fechar portas quando, antes, lhes devia estar a abrir portas. -----

O membro Pedro Soares concluiu a sua intervenção ressaltando que, numa altura em que nas várias manifestações ocorridas pelo Mundo se grita por Democracia, em Portugal ataca-se um dos pilares da Democracia, ou seja, o Poder Local.-----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por aludir à moção por si apresentada, dizendo que a mesma diz respeito a uma questão que, da primeira vez que a CDU a trouxe à Assembleia Municipal, a Câmara referiu tratar-se de um assunto que ainda



não estava a ser debatido e que não era urgente mas que, uma semana depois, constatou-se o começo do processo de liquidação de freguesias por todo o País. -----

Frisou que esse processo de liquidação foi feito sem a audição das pessoas diretamente envolvidas, ou seja, os eleitos locais, referindo que agora está-se, numa espécie de farsa, a empurrar a responsabilidade da decisão para as Assembleias Municipais. Sublinhou que os membros das Assembleias Municipais não foram mandatados para determinar a organização territorial nem para decidir acerca da extinção ou agregação de freguesias, ressaltando que se tivessem sido mandatados para isso certamente teriam sido ouvidos antes da lei chegar à Assembleia da República. -----

Disse ser verdade que existe uma Comissão criada pela Assembleia Municipal para estudar a matéria, na qual estão representantes de todas as forças políticas, mas que também é verdade que a lei em questão ainda não foi promulgada e que, portanto, antes que a lei seja promulgada e se torne uma inevitabilidade, a CDU propõe que a Assembleia Municipal se pronuncie, desde já, contra a extinção de freguesias no sentido daquilo que tem sido o sentir e o dizer de muitos eleitos locais. -----

Salientou que no Município já são várias as moções que se pronunciam contra a extinção da sua freguesia e contra o destruir da sua identidade local e histórica, fazendo sobressair que as freguesias de Espargo, Travanca, Nogueira da Regedoura, Souto e Pigeiros são exemplos de freguesias que já fizeram chegar as suas moções a esta Assembleia Municipal bem como aos órgãos nacionais, nomeadamente à Assembleia da República e ao Governo. -----

Sublinhou que a manifestação nacional de freguesias, ocorrida no passado dia 31 de março, foi um dos momentos únicos e ímpares que juntou militantes do PSD, do CDS-PP, do PS, do PCP, do BE, a dizer não à extinção da sua freguesia e não à extinção da proximidade com a sua Junta, ressaltando que o que está a acontecer é uma facada na Constituição da República Portuguesa porque a mesma estabelece o Poder Local Democrático como um dos seus princípios basilares, destacando que esse tem sido, muitas vezes, a garantia da Democracia e do desenvolvimento das populações. -----

Disse que queria, também, apontar o discurso irónico do Governo, referindo que o mesmo andou a dizer que defendia o Poder Local Democrático, que era contra a Lei das Finanças Locais e que sempre defendeu a transferência de responsabilidades para as freguesias desde que se transferissem os meios mas que, agora, veio negar tudo isso e dizer que têm que ser



criadas megafreguesias e privilegiar as freguesias urbanas em detrimento das rurais. -----
Fez sobressair que, para o Município de Santa Maria da Feira, essa situação é um autêntico
desastre, que isso é reconhecido não só pelas Assembleias de Freguesia que se pronunciaram
como também por muitos eleitos locais, inclusive do PSD, destacando que apesar desses
serem incapazes de assumirem publicamente essa posição dizem-no em todos os corredores,
frisando que ninguém reconhece o caminho que o PSD está a impor às suas próprias
autarquias. -----

Relativamente à moção sobre o 1.º de Maio, disse ter sido com gosto que ouviu o PS dizer,
talvez por tradição histórica, que ia votar favoravelmente essa moção, referindo ainda que
apesar de não saber qual o sentido de voto do PSD relativamente à mesma, não se admirava
nada caso o PSD a votasse contra. Salientou que foi no 1.º de Maio de 1886 que se
conquistaram as oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de lazer, e que é
com o Código do Trabalho que o atual Governo quer colocar as pessoas a trabalhar sessenta
horas semanais pelo mesmo salário, ou menos, e que foi o atual Ministro de Estado e das
Finanças, Dr. Vítor Gaspar, quem veio dizer que, afinal, os subsídios de Natal e de férias são
para ser pagos lá para o ano de 2018, na tentativa de que as pessoas se esqueçam e deixem de
receber aquilo pelo que lutaram e conquistaram. -----

Recordou que pessoas deram a vida para que outras pudessem trabalhar as oito horas por dia e
lembrou, também, que recorre a discussão, na especialidade, do Código do Trabalho, e que foi
o PSD, com o voto favorável do PS, que obrigou a que as pessoas ficassem a trabalhar doze
horas, fazendo com que não possam estar com os seus filhos e acompanhar a sua educação,
dadas as horas tardias a que chegam a casa, referindo que para o PSD vale tudo e que a
Câmara de Santa Maria da Feira até permite que os trabalhadores trabalhem no 1.º de Maio.
Fez sobressair que, pelas razões que explicou, votava favoravelmente a moção sobre o 1.º de
Maio. -----

Sobre a proposta que diz respeito à realização de referendos locais sobre a extinção de
freguesias, disse que a CDU a votava contra porque considera tratar-se de uma matéria que
depende diretamente do Governo e da Assembleia da República e que, como tal, tem que ser a
Assembleia da República a não permitir que se extingam freguesias e a fazer cumprir a
Constituição. -----

Quanto à proposta do não apoio institucional a eventos que inflijam sofrimento aos animais,



como o caso das touradas, disse que votava favoravelmente. Nesse âmbito, informou que o PCP e o partido ecologista “Os Verdes” apresentaram, na Assembleia da República, projetos que tentam criar incentivos para que se deixem de utilizar animais, não só em circos como noutro tipo de espetáculos, como as touradas. Apelou à Câmara no sentido de que haja um maior cuidado no cumprimento da Lei da Proteção aos Animais bem como do decreto-lei que regula a utilização de animais em circos, porque realizam-se muitos espetáculos circenses no Município de Santa Maria da Feira. -----

A deputada municipal Lúcia Gomes concluiu a sua intervenção fazendo alusão à moção apresentada pelo PS, dizendo que apesar da CDU concordar com o seu conteúdo, discorda da tese das inevitabilidades e do pressuposto de que os mega-agrupamentos não poderão ser evitados, informando que, nessa medida, vai-se abster quanto a essa moção. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por aludir à proposta apresentada pelo BE, sobre a proibição de apoios públicos a eventos que promovam sofrimento animal, dizendo que não tinha nada contra a galinha que comeu ao jantar mas que ela foi criada para isso mesmo e que, da mesma forma, o touro é criado exclusivamente para ser toureado. Disse que a questão pode ser controversa e alvo de diferentes interpretações mas que é essa a sua visão sobre o assunto. -----

Quanto à moção relativa ao 1.º de Maio, disse não se reconhecer em algumas frases e em alguns apontamentos referidos na mesma, salientando que tais apontamentos não o deixam votar favoravelmente a moção.-----

Em relação às moções do BE e da CDU respeitantes à extinção de freguesias, disse ser verdade que existe uma lei que está aprovada e que não está promulgada, recordando, contudo, que tal organização de freguesias constava do programa eleitoral do CDS-PP e que, portanto, é mentira quando alguns partidos advogam que não há legitimidade para fazer essa reforma. Ressaltou que o programa do CDS-PP foi sufragado, que o resultado eleitoral foi aquele que os portugueses quiseram e que, como tal, o CDS-PP tem toda a legitimidade para levar a reforma por diante, frisando que a argumentação de que a Assembleia da República não tem competência para legislar sobre essa questão cai por terra. -----

Referiu que as propostas para a realização de referendos não são mais do que o usar argumentos demagógicos, ressaltando que o resultado desse eventual referendo estava



condicionado à partida, sublinhando que, naturalmente, ninguém pergunta ao cego se ele quer ver, ou seja, que há perguntas que não são para ser feitas. Destacou que o interesse do País deve levar a que as pessoas tenham a capacidade de analisar o assunto com uma visão superior para não se deixarem afetar por aquilo que pode ser o mais fácil, ou seja, a ligação à sua freguesia e à possibilidade de extinção, ou não, dessa freguesia. -----

Em relação à moção sobre a Lei dos Compromissos, disse que ia esperar pelo debate sobre o Relatório e Contas de 2011 da Câmara para contar o número de vezes que o Bloco de Esquerda se iria contradizer, relativamente a essa moção. -----

O membro Rui Tavares concluiu a sua intervenção aludindo à moção apresentada pelo PS sobre os agrupamentos de escolas, dizendo que a agregação de agrupamentos não o escandaliza e que é algo que pretende trazer melhor qualidade de serviço e alguma redução de custos, ressaltando ser isso que o País precisa e que, portanto, votava contra essa moção. -----

Interveio o membro *José Manuel Leão* (PSD) que começou por aludir à proposta do Bloco de Esquerda da proibição de apoios públicos a eventos que promovam sofrimento animal, dizendo que quem ler o título é logo levado a votar a favor mas que o texto da moção, ao falar em proibir qualquer apoio logístico, humano, cedência do local e de instalações, leva o grupo municipal do PSD a votar contra. Referiu ser curioso que seja o Bloco de Esquerda a querer levar a Câmara a proibir o apoio à tourada ou a qualquer evento dessa natureza quando, por outro lado, tanto advoga que é proibido proibir. Frisou que, segundo disse saber, a Câmara não apoiou em nada para a realização da tourada, fazendo sobressair que entende que se deve votar contra porque não é de proibir qualquer apoio que venha a ser solicitado no futuro, para a realização de determinado tipo de espetáculos. -----

Sobre a moção relativa à suspensão da Lei dos Compromissos, disse ser do conhecimento público, através da comunicação social, de que tem havido diálogo entre o Governo, a Assembleia da República e a Associação Nacional de Municípios Portugueses no sentido de que, ao regulamentar essa lei, se permita que os municípios possam ser geridos sem sobressaltos, destacando que o espírito da lei está correto porque pretende que se possa gastar somente aquilo que se tem ou que se prevê vir a ter. Informou que o grupo municipal do PSD vota contra a moção uma vez que tem havido um esforço no sentido de, por um lado, disciplinar tudo quanto é finanças públicas, desde o Poder Central ao Poder Local e, por outro



lado, não obstaculizar a possibilidade dos municípios serem governáveis. -----
Relativamente à extinção de freguesias, disse que tanto a proposta do BE como a moção da CDU pretendem, embora com métodos diferentes, não querer aceitar ter de cumprir a lei. Referiu que, na Assembleia Municipal, começa a ver tomadas de posição como que “lavando as mãos como Pilatos”, recordando que a lei não aconteceu por acaso mas que foi fruto da negociação tida entre o Governo de então, do Partido Socialista, com a Troika, fazendo sobressair que no Memorando de Entendimento ficou explícito que o número de autarquias do País tinha que ser reduzido. -----

Referiu que, desde o aparecimento do chamado Livro Verde, as coisas têm melhorado imenso no que diz respeito às soluções a encontrar para o caso concreto do Concelho de Santa Maria da Feira, ressaltando que isso aconteceu porque o PSD, nomeadamente de Santa Maria da Feira e do Distrito de Aveiro, amenizou as complicações que poderiam existir neste Concelho. Salientou que, apesar da lei ainda não ter sido publicada, a Assembleia Municipal criou uma Comissão, constituída por representantes de todos os partidos com assento na Assembleia, para que seja encontrada a solução que menos penalize o Concelho de Santa Maria da Feira. Frisou que cumprir o acordado com a Troika exige muito sofrimento, ressaltando que o pior que podia acontecer era a Assembleia Municipal não se pronunciar e deixar que fossem uns senhores, em Lisboa, a decidir quais as freguesias do Concelho que se fundem, e de que forma. Sublinhou que se a Assembleia Municipal lavar as mãos e não assumir a responsabilidade que lhe será incumbida pela lei, então que o Concelho de Santa Maria da Feira poderá ser altamente penalizado, fazendo sobressair que a lei é para cumprir e que a Democracia não existe só para algumas coisas. Deu nota que, pelo que explicou, o grupo municipal do PSD votava contra a proposta do BE, bem como a moção da CDU, que abordam a matéria da extinção de freguesias. -----

Sobre a moção do PS relativa aos mega-agrupamentos, disse considerar que a mesma está absolutamente ultrapassada, fazendo sobressair que a DREN já ouviu a Câmara Municipal bem como as respetivas escolas, realçando que vai ser constituído um único mega-agrupamento no Concelho, que agregará os agrupamentos de escolas de Arrifana e de Milheirós de Poiares. Referiu que, perante isso, estando o assunto resolvido no Concelho de Santa Maria da Feira, o grupo municipal do PSD votava contra essa moção. -----

Quanto à moção sobre o 1.º de Maio disse que, em primeiro lugar, queria sublinhar que o PSD



saúda todos os trabalhadores portugueses, nomeadamente os trabalhadores do Concelho e que solidariza-se com todos os que se encontram em situação de desemprego ou em situação de salários em atraso. Salientou, contudo, que não podia votar favoravelmente uma moção que fizesse constar no seu teor frases de determinado género, como a que diz que o mercado de trabalho virou selva com as alterações selvagens às relações laborais. -----

O membro José Manuel Leão concluiu a sua intervenção dizendo que quando alguém quiser que uma moção seja aprovada, por unanimidade, na Assembleia Municipal, então que a deve apresentar com um texto que seja consentâneo com essa pretensão. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter a votação as propostas e as moções apresentadas, tendo-se verificado os seguintes resultados: -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 21 votos a favor da moção (PS), 35 votos contra (PSD: 34, CDS-PP), e 5 abstenções (PSD: 2, BE, CDU, Ind.), rejeitar a moção apresentada pelo membro António Cardoso (PS), a respeito do modelo de agregação de Agrupamentos de Escolas, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da moção (BE, CDU, PS:15, Ind.), 37 votos contra (PSD: 36, CDS-PP), e 6 abstenções (PS), rejeitar a moção apresentada pelo membro Pedro Soares (BE), intitulada “Suspensão da Lei dos Compromissos”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 24 votos a favor da moção (BE, CDU, PS:21, Ind.), 35 votos contra (PSD: 34, CDS-PP), e 2 abstenções (PSD), rejeitar a moção apresentada pelo membro Pedro Soares (BE), intitulada “1.º de Maio, Dia do Trabalhador”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 18 votos a favor da proposta (BE, PS:16, Ind.), 35 votos contra (PSD:33, CDS-PP, PS:1), e 7 abstenções (PSD:3, PS:4), rejeitar a proposta apresentada pelo membro Pedro Soares (BE), intitulada “Proibição de apoios públicos a eventos que promovam sofrimento animal”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 22 votos a favor da proposta (BE,



PS:21), 34 votos contra (PSD:31, CDS-PP, CDU, Ind.), e 5 abstenções (PSD), rejeitar a proposta apresentada pelo membro Pedro Soares (BE), intitulada “Realização de referendos locais sobre a extinção de freguesias”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

– A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 23 votos a favor da moção (PS:21, BE, CDU), 33 votos contra (PSD: 32, CDS-PP), e 5 abstenções (PSD:4, Ind.), rejeitar a moção apresentada pela deputada municipal Lúcia Gomes (CDU), intitulada “Contra a extinção de Freguesias: Em defesa do Poder Local Democrático”, cujo teor já se encontra devidamente exarado nesta ata e que se dá aqui por transcrito. -----

O membro *Telmo Gomes* (PS) pediu a palavra para fazer uma declaração de voto, que seguidamente se passa a citar:-----

“Sobre a proposta do Bloco de Esquerda, da proibição do apoio que promova o sofrimento animal, devo dizer o seguinte: só falta nesta proposta referir a proibição da caça e pesca também no território do Concelho. Não sei se tem conhecimento das taxas que são cobradas por esses dois desportos. Informe-se e, se calhar, até muda de opinião. -----

Votei contra, ao contrário de toda a minha bancada e, daí, a minha declaração de voto. Antes de mais porque sou um confesso admirador da festa brava. Tenho pena que ao redigir esta proposta o Bloco de Esquerda não tem o mínimo conhecimento, por exemplo, dos valores que geram as corridas de touros, dos valores monetários.-----

E sim, caro colega, a festa brava é uma tradição bem enraizada em Portugal, continuará a sê-lo, espero eu, quer queira quer não. Tem vários séculos, e quando diz que não existe no nosso Concelho, devo se calhar informá-lo que temos vários, não um só, mas vários toureiros na Feira, e não se pode pedir nem se deve pedir aos mesmos que não toureiem na sua terra Natal. Estude um pouco a história das touradas e verá a evolução das mesmas ao longo dos tempos. Estão presentes em quadros de pintores desde há 400/500 anos atrás, é mesmo só estudar, é fácil. Para terminar, estarei presente em Lourosa no próximo domingo.” – Fim de citação.-----

Ultrapassada a discussão e votação das moções e das propostas, o *Sr. Presidente da Assembleia* aproveitou a oportunidade para, a propósito do adiantar da hora, informar que



lançou um repto aos representantes dos grupos municipais no decorrer da reunião preparatória desta sessão, no sentido de que pensassem na eventualidade de ser alterada a hora a que se realizam as sessões da Assembleia. Referiu que apesar da Mesa da Assembleia ter o poder para o fazer, nunca quis tomar essa iniciativa dizendo compreender, também, que não é fácil essa alteração uma vez que os membros da Assembleia são, em termos políticos, amadores e têm o seu trabalho durante o dia. Disse, contudo, que queria deixar, de modo informal, esse assunto à consideração dos membros para que pensassem se a realização das sessões ao final da tarde não permitiria que as mesmas decorressem com maior serenidade e eficiência. -----
Seguidamente, depois de registadas pela Mesa as inscrições para intervenção neste Período de Antes da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao membro **Telmo Gomes**.-----

Interveio o membro **Telmo Gomes** (PS) que começou por aludir a uma situação que disse estar-se a passar com a Indaqua Feira. Referiu que o PS tantas vezes critica a Indaqua Feira que pode levar as pessoas a pensar que tem alguma coisa contra aquela empresa, mas que isso não é verdade, ressaltando que a culpa da exploração que é feita pela Indaqua Feira é da Câmara Municipal, ao permiti-la.-----

Salientou que a Indaqua Feira criou uma nova exigência, a de pedir, como comprovativo de residência, uma certidão com o número de porta, dizendo não perceber tal exigência uma vez que existe cartografia, recordando que até para abrir uma conta bancária basta, como comprovativo, uma fatura em nome dessa pessoa. Frisou que, não bastasse essa exigência e o transtorno que a mesma causa, nomeadamente com as deslocações, a Câmara ainda cobra 10 euros pela certidão, considerando isso um absurdo e ressaltando que a Câmara está, uma vez mais, a meter a mão ao bolso dos feirenses.-----

Prosseguiu dizendo que o outro assunto que o levou a intervir prende-se com a questão do estacionamento pago, ressaltando que, tendo em consideração o estado em que se encontra a economia, é urgente a Câmara tomar medidas de apoio aos comerciantes locais, nomeadamente alterando a forma como é cobrado o estacionamento. Salientou que, nessa medida, queria deixar à consideração algumas sugestões, frisando que a primeira é no sentido de que o estacionamento seja pago até às 17 horas, e não até às 19 horas como acontece presentemente, dizendo entender não ser necessário explicar o porquê dessa sua sugestão. -----



Sugeri, em seguida, que o valor máximo da coima fosse, no caso de ser paga num prazo de 48 horas e à semelhança do que acontece em concelhos vizinhos, o equivalente ao valor cobrado pelo estacionamento num dia inteiro, dizendo que essa situação evitaria a caça à multa que está a ser feita. -----

Salientou que outra sugestão que deixa à consideração é a redução do valor a pagar pelos primeiros 15 minutos de estacionamento para um valor simbólico de cinco cêntimos, o mínimo que o parquímetro aceita, ressaltando que essa medida visa ajudar o comércio a ter mais clientes.-----

Concluiu a sua intervenção dizendo que voltava a trazer à Assembleia o problema do estacionamento pago junto à entrada do hospital S. Sebastião, referindo que o período máximo possível pagar nos parquímetros é de 2 horas e que, geralmente, o tempo que se perde no hospital para se ter uma consulta de urgência ultrapassa esse período. Disse que muitas vezes as pessoas, quando saem das consultas, encontram-se 30 euros mais pobres, fazendo sobressair que está na hora de resolver essa situação, mais não seja alargando esse período de 2 horas.-----

Interveio o membro *Victor Neves* (PS) que começou por aludir à questão da requalificação das Pedreiras de Lourosa, dizendo que teve conhecimento de que a conclusão das obras de requalificação das pedreiras deveria ter estado consumada no dia 31 de dezembro último. Disse que, aquando da visita que se efetuou às Pedreiras no âmbito da celebração do aniversário da elevação de Lourosa a cidade, as obras já se encontravam paradas há cerca de oito dias, questionando à Câmara qual o motivo dessa paralisação e se se confirma a informação de que as obras deveriam ter terminado no dia 31 de dezembro de 2011. -----

Referiu que queria, também, alertar a Câmara para o estado calamitoso em que se encontra, salvo raras exceções, a rede viária concelhia, chamando a atenção para a via que serve as freguesias de Lourosa, Santa Maria de Lamas e Mozelos, que liga o lugar de Prime D'Além, em Mozelos, ao entroncamento junto à loja do Camilo, e que conduz à empresa Champcork. Disse que utiliza com relativa frequência aquela via, concluindo a sua intervenção chamando a atenção da Câmara para a necessidade de se efetuar a remodelação da mesma. -----

Interveio o membro *Pedro Soares* (BE) que começou por dizer que há sempre algo a aprender



e que, nesta sessão, já aprendeu que a lógica é mesmo uma batata porque já aprendeu que a democracia é muito bonita desde que se cumpra a lei, mesmo se essa lei for inconstitucional, antidemocrática, ou mesmo que não tenha sido sufragada pelo povo. Disse que aprendeu, também, que a Lei dos Compromissos é tão boa que, no último ponto da Ordem do Dia da presente sessão, vai ser votada uma fórmula de a furar, e que igualmente aprendeu que os trabalhadores são tão bons mas que pecam por pedirem direitos e que, se não o fizessem e se se dessem como explorados, até o PS votaria a favor uma moção relativa ao 1.º de Maio.-----

Ressaltou que, realmente, a lógica é uma batata porque aprendeu que o problema do touro foi ter nascido touro porque se tivesse sido inteligente nunca teria nascido touro e, portanto, não seria objeto de uma tourada.-----

Aludiu, seguidamente, ao Relatório de Avaliação relativo ao ano de 2011 do Estatuto do Direito de Oposição, dizendo tratar-se de um documento assinado pelo Sr. Presidente da Câmara e com o timbre do Município, e que nele é dito que foi assegurando à oposição o direito de se pronunciar e intervir pelos meios constitucionais e legais sobre questões de interesse público relevante. Nesse âmbito, disse que quem ler o documento até fica com o entendimento de que a lei foi cumprida e que foi feita a consulta prévia aos partidos da oposição para a elaboração do Orçamento Municipal para o ano de 2012. Frisou que essa consulta não aconteceu e que, portanto, o Estatuto do Direito de Oposição não foi cumprido, dizendo, a esse propósito, que o documento traduz uma democracia do faz de conta. Frisou que ao Bloco de Esquerda não chegou nenhum pedido de consulta prévia relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2012, dizendo que gostava de saber se o mesmo aconteceu com os restantes partidos da oposição.-----

O membro Pedro Soares prosseguiu dizendo que as zonas industriais não têm a carta de risco e que, por isso, quando ocorrem incêndios como os que aconteceram recentemente, os bombeiros, ao saírem do quartel, não sabem o que vão encontrar dentro das fábricas, ressaltando que essa situação traz ainda mais riscos para as suas vidas.-----

Referiu que na altura de crise que se atravessa, em que se diz que a Câmara deve ser promotora do desenvolvimento local e proteger o seu comércio e em que a Câmara diz estar de boa saúde financeira e que não deve muito a muita gente, constata-se que o espaço de estacionamento pago vai ser alargado. Nesse âmbito, questionou a Câmara qual o encaixe que espera ter e qual o resultado que essa medida terá na economia local, dizendo pressupor que



uma decisão desse género não tenha sido tomada sem uma avaliação das suas consequências. - Ainda no âmbito do tema da crise, disse que gostava de perceber o que tem sido feito sobre o combate aos efeitos e ao flagelo da crise vivida no Concelho, questionando se a Câmara não considera que seria este o momento, antes que se agudizassem as situações, para se criar um Plano de Emergência Social, frisando que esse Plano foi anunciado pelo Governo mas que não se vê implementado pelo País. -----

Em seguida, salientou que na primeira sessão da Assembleia do presente mandato, o Bloco de Esquerda apresentou uma moção sobre as barreiras arquitetónicas e o seu combate no Concelho, ao que o Sr. Presidente da Câmara informou que a Associação de Municípios das Terras de Santa Maria estava a realizar um estudo sobre a questão da mobilidade. Referiu que já se passaram, entretanto, mais de dois anos, questionando pelo estudo e quais os resultados do mesmo. -----

Disse que a Cultura não pode ser uma bandeira apenas no papel e que, perante o grito do Cineclube da Feira a dizer que ou tem apoio para comprar um projetor digital sem o qual não consegue sobreviver ou terá de fechar portas, e perante o silêncio da Câmara relativamente a essa situação, pedia para ser esclarecido quanto a essa matéria. -----

Concluiu a sua intervenção salientando que o Governo tem dito que há falta de receitas, particularmente no IMI, fazendo aumentar o IMI para valores nunca vistos, questionando à Câmara, perante tal cenário, qual a razão para que o Europarque continue isento de IMI, realçando que aquele equipamento é um “elefante branco” que nunca fez aquilo que prometeu fazer. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Carla Pinto* (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Um pedido de esclarecimento relativamente a notícias veiculadas na imprensa local sobre o futuro da Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira. -----

De facto, foi com preocupação que li que “O vice-presidente do executivo camarário, Emídio Sousa, diz-se preocupado com o futuro da escola, uma vez que o governo deu indicação que vai reavaliar os investimentos a realizar, no sentido de suspender alguns deles.” -----

Ora, esperemos que esta preocupação não tenha vindo tarde de mais. -----

De facto, por várias vezes que o PS alertou a Câmara para a importância deste tipo de -----



formação para o Concelho e para a Região. Os resultados dos alunos, a respetiva taxa de empregabilidade bem como a procura deste tipo de formação, que todos os anos excede a oferta (por falta de capacidade de instalações), são prova disso mesmo. -----

No entanto, ao longo de 20 anos (a escola foi inaugurada por Cavaco Silva em 2001) este executivo não conseguiu aquilo que outros municípios como Viana do Castelo, Lamego, Mirandela conseguiram: a construção de escolas novas. -----

Agora está preocupada? -----

Que andaram a fazer ao longo destes anos? -----

Hoje foi novamente publicada uma notícia que referia que “A mudança da Escola de Hotelaria da Feira deixou de ser um risco, por causa da caducidade do arrendamento da Estalagem.” -----

E quanto à questão da construção das novas instalações? Para quando uma resposta? -----

Promessas já ouvimos há muito tempo. Chega. Agora queremos certezas.” -----

Usou da palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, *Mário Jorge Reis*, que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“No ano de dois mil e um, a Junta de Freguesia de Rio Meão solicitou à Câmara Municipal uma vistoria técnica às passagens hidráulicas da nossa Freguesia, a saber – Ponte da Peixota, Ponte dos Casais e Ponte da Própria. -----

Em dois mil e três, recebemos os relatórios de vistoria, referente às três passagens hidráulicas, que contavam em suma com as seguintes conclusões: -----

• Ponte da Peixota – “A passagem hidráulica não se encontra em rotura, necessitando de obras de beneficiação”. -----

• Ponte dos Casais – “Logo que possível deverá ser dado início às obras de conservação da passagem hidráulica. Os muros de vedação deverão ser reconstruídos, encontram-se parcialmente demolidos, o que constitui um perigo para quem circula na rua. Não ameaça rotura. -----

• Ponte da Própria – “A referida passagem hidráulica, deverá a muito curto prazo ser demolida e ser substituída por uma moderna estrutura de betão armado”. -----

Eleito em 2009, presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, constatei que o processo “Ponte da Própria” seria uma grande prioridade para resolver, que de resto há muito se



revelava um facto aos olhos de quem por lá passava. -----
Consciente da urgência em resolver a situação, vários officios, telefonemas e reuniões foram feitos quer na Câmara quer no local. -----
Finalmente, em Setembro de 2011 a Câmara e a protecção civil colocaram barreiras de protecção nas extremidades da referida ponte, de forma a encurtar a passagem apenas a peões e trânsito ligeiro, proibindo circulação a pesados. -----
Em 2012, avança-se com o projecto, e encerra-se a ponte ao trânsito na manhã de 13 de Abril, um mês depois de ter estado no local acompanhado do Senhor Presidente e Vice-Presidente da Câmara Municipal. Será que este encerramento não poderia ter sido evitado? -----
Actualmente vê-se esta Junta diariamente confrontada com sucessivas reclamações dos moradores da Própria, que diariamente, por lá passavam para se deslocarem para os seus locais de trabalho, e para os outros destinos da freguesia, na medida em que se trata de o único elo de acesso que os mesmos dispõem para tal, e que a alternativa revela-se em percorrer cerca de mais de 5 Km, situação que causa evidentes transtornos e prejuízos para estes, tornando a situação incomportável a breve prazo. -----
O projecto está pronto, o parecer da hidráulica é favorável e o caderno de encargo está elaborado – resta avançar! -----
Caros Senhores, todos estamos alertados para esta situação e para a necessidade premente de iniciar as obras de construção da nova ponte, na medida em que se trata de uma questão de segurança pública.-----
As prioridades do concelho são muitas, mas antes das prioridades não podemos descurar as necessidades, como esta que achei de enumerar.” -----

Interveio o membro *Adriano Martins* (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Milheirós de Poiares, uma terra de homens e mulheres de coragem teve sempre de lutar para conquistar melhores equipamentos e condições de vida para as suas populações muitas vezes às suas próprias custas, senão vejamos os muitos exemplos que há a citar: -----

- Sede da Junta de Freguesia,-----
 - Cineteatro S. Miguel, -----
 - Centro Social,-----
-



- Extensão de Saúde,-----
- Terrenos da E.B. 2,3 de Milheirós de Poiares,-----
- Terrenos do Parque de Estacionamento,-----
- Ringue Desportivo,-----
- Zona Lazer do Outeiro,-----
- Parte dos terrenos da Praia Fluvial.-----

E hoje como no passado continua a ter que lutar contra tudo e contra todos para ter aquilo a que a sua população tem direito, senão vejamos:-----

Pedra Verde-----

Território de Milheirós de Poiares com habitações e indústrias instaladas é um território cobiçado por freguesias vizinhas e que a Câmara da Feira trata como terra de ninguém, não resolve o problema da rede de água e saneamento que é propriedade do Município de Oliveira de Azeméis e ainda consegue enviar facturas de dois em dois meses de taxas de rede de água e saneamento para os moradores. Como se não bastasse, a Câmara foi alertada a 16 de Fevereiro deste ano para a existência de duas valas profundas nas estradas que causaram e causam prejuízos avultados nas viaturas dos moradores e até agora não resolveu o problema e nem sequer sinalizou aquele perigo que é vergonhoso para este Município.-----

Agrupamento de Escolas-----

Depois de muitos anos de luta querem agora retirar a sede do agrupamento para o colocar em Arrifana quando Milheirós possui melhores condições ao nível do espaço físico, do seu corpo directivo e da sua localização.-----

USF de Milheirós de Poiares-----

A Junta de Freguesia doou terreno para a sua construção libertando a Câmara deste encargo e estando em pé de igualdade com a USF de Argoncilhe e sendo até dos dois projectos aquele que sairia mais barato (cerca de 800.000,00€ de valor máximo), a verdade é que a adjudicação da USF de Argoncilhe (cerca de 1.200.000,00€ de valor máximo) foi hoje aprovada pela Câmara e a de Milheirós está na gaveta. Nós também precisamos de melhores cuidados de saúde.”-----

Interveio a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que começou por fazer referência às palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Assembleia relativamente ao horário a que se



realizam as sessões da Assembleia Municipal. Nesse âmbito, disse que nas Comissões criadas com vista a proceder-se à revisão do Regimento, a CDU propôs, formalmente, que as sessões tivessem início mais cedo ou se realizassem, até, aos sábados à tarde, na ideia de possibilitar uma discussão que não se prolongasse pela madrugada. Frisou que o partido do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, o PSD, sempre inviabilizou essas propostas da CDU e que, portanto, tinha sido com alguma estranheza que ouviu as palavras do Sr. Presidente da Assembleia, frisando não ser por falta de iniciativa política que tal situação acontece, sublinhando que quando chega a altura de decidir sobre essa matéria a preocupação do PSD é a de diminuir os tempos de intervenção dos partidos da oposição e não a de proporcionar uma discussão feita com mais tempo e com mais atenção. -----

Alertou para uma das questões que considera mais importantes e que se prende com a intervenção do público, salientando que a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira é das poucas, senão a única, a deixar esse período para o fim da sessão, obrigando a que os cidadãos que se queiram pronunciar tenham que permanecer até de madrugada, e que a CDU propôs que esse período se levasse a cabo no início das sessões. Frisou, novamente, que tais propostas da CDU foram sempre rejeitadas pelo partido maioritário, o PSD. -----

Relativamente ao Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito da Oposição do ano de 2011, disse que quando leu esse documento pensou que se tratava de uma piada. Recordou que os requerimentos apresentados pela CDU só são respondidos cinco vezes ao ano, ou seja, aquando da realização das sessões ordinárias da Assembleia Municipal, frisando que a atividade política decorre durante todo o ano e que, nos termos do Código de Procedimento Administrativo, os mesmos devem ser respondidos no prazo de 30 dias, sublinhando que essa questão não foi referida no relatório. -----

Referiu, também, que ao contrário do que tem sido hábito da Câmara, não foi feita uma consulta prévia aos partidos da oposição nem pedidas sugestões para a elaboração das Grandes Opções do Plano para 2012, questionando o porquê de, no Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito da Oposição, ter sido escrito precisamente o contrário. Disse, sobre essa situação, que a CDU já dirigiu a sua resposta à Câmara mas que como suspeita que a mesma só venha a ser dada aquando da próxima sessão ordinária a realizar pela Assembleia, no mês de junho, então que dava, desde já, a oportunidade à Câmara para esclarecer esse assunto. -----
Realçou que a CDU, sempre que lhe foi pedido, entregou propostas para a elaboração das



Grandes Opções do Plano, que foi a única força partidária a fazê-lo e que essas propostas até constavam dos documentos que eram distribuídos aos membros da Assembleia, lamentando que a Câmara tivesse abandonado essa prática e destacando que isso diz muito daquilo que a Câmara entende por oposição. -----

Salientou que, de igual forma, quando os grandes projetos da Câmara são estudados, planeados e executados, não há consulta prévia aos partidos da oposição, com a exceção do PS uma vez que tem membros eleitos na vereação da Câmara, frisando que a CDU não é tida nem achada em relação a nada e que queria deixar, também, esse ponto relativamente ao Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito de Oposição do ano de 2011.-----

A deputada municipal Lúcia Gomes prosseguiu a sua intervenção aludindo à usualmente denominada por Caixa das Artes, dizendo, a respeito desse equipamento, que o mesmo tem um financiamento que ainda não foi esclarecido e que tem um calendário que ainda não foi totalmente divulgado. Salientou que antes de haver qualquer concurso público para as obras, antes de ter sido apresentado qualquer projeto e antes de ter sido feita a apresentação pública da candidatura ao QREN, já estavam máquinas a trabalhar nas pedreiras na área onde ficará a zona comercial, questionando, nesse âmbito, se no centro da cidade vai haver a Caixa das Artes ou se vai haver uma zona comercial. Questionou, no caso de vir a haver a Caixa das Artes, para quando é que esse equipamento vai ficar pronto, quanto dinheiro já foi gasto e quanto está por gastar e, no caso de haver uma reavaliação dos projetos a levar a cabo pela Câmara Municipal, se a Caixa das Artes está, ou não, integrada nessa reavaliação.-----

Relativamente ao Cineclube da Feira questionou como é que, havendo tanto dinheiro para fazer a Caixa das Artes, não há dinheiro para comprar um projetor digital, ressaltando que já sublinhou, nesta Assembleia Municipal, que se não fosse a Câmara Municipal, através do apoio logístico que presta bem como com a atribuição de cerca de 50.000,00 € para a realização do Festival de Cinema Luso Brasileiro, talvez o Cineclube não conseguisse realizar esse evento. Questionou, uma vez que o PSD já se gabou, nesta sessão, da influência que tem o PSD local e o PSD distrital junto do Governo, porque não influencia o Governo a dar verbas ao Cineclube da Feira, num momento em que as artes estão a ser decapitadas e em que a política cultural não existe. Salientou que gostava também de saber qual a posição da Câmara Municipal relativamente ao financiamento a todas as associações artísticas com sede no Concelho, nomeadamente o Cineclube, frisando que o Cineclube não tem nenhum



Handwritten signature

financiamento por via do Orçamento do Estado e que o PSD votou contra, em propostas de Orçamento de Estado, no sentido de financiar o Festival de Cinema Luso Brasileiro. -----

Quanto às Pedreiras de Lourosa, questionou qual a posição da Câmara relativamente à ameaça da Comissão Europeia pelo incumprimento da Câmara, por ainda não ter levado a cabo a decisão da Comissão Europeia. -----

A deputada municipal Lúcia Gomes fez, em seguida, referência à questão da desertificação do Centro Histórico de Santa Maria da Feira, questionando se tal desertificação terá a ver com a situação social que se vive, se terá a ver com o facto de o Rossio ter sido transformado num parque de estacionamento ou se terá a ver com o aumento do preço de entrada na Viagem Medieval, ressaltando que a Viagem Medieval era uma possibilidade para os pequenos comerciantes terem algum negócio. Concluiu questionando à Câmara como a mesma explica a desertificação do Centro Histórico de Santa Maria da Feira. -----

Interveio o membro *Arménio Magalhães* (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“O Plano Director Municipal, como é do conhecimento geral, é um documento regulamentador do planeamento e ordenamento do território do Concelho. -----

Nele está definido a organização municipal, onde refere o espaço dos usos e actividades do município. -----

O Plano Director Municipal tem como finalidade estabelecer o modelo de estrutura espacial, assente na classificação do solo, identificando a estratégia do desenvolvimento e ordenamento local. -----

O Plano Director Municipal é, tal como está descrito, o principal instrumento de ordenamento do concelho de Santa Maria da Feira. -----

O P.D.M. em vigor data de 1993, com durabilidade até 2003. -----

Para bem do ordenamento, antes do seu término, já deveriam ter sido avaliadas as alterações a serem introduzidas, aprovando assim um novo Plano Director Municipal mais de acordo com a realidade. -----

Acontece porém, que desde 2003, já lá vão nove anos, que o P.D.M. se encontra em revisão e muito sinceramente não se vê luz ao fundo do túnel. -----

Há um ano atrás, fiz a mesma pergunta aqui, e a resposta foi que a conclusão da revisão era -----



uma coisa de dois ou três meses.-----
Para quando a aprovação nesta Assembleia Municipal do novo Plano Director Municipal,
Senhor Vice-Presidente.” -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por dizer que na reunião ordinária da Câmara Municipal de 06/02/2012 foi aprovada a distribuição de verbas e de subsídios relativas a uma série de obras, em várias freguesias, salientando que iria aludir a uma situação sobre a qual tinha conhecimento de causa. -----

Referiu que consta uma verba de 66.300,00 € para a Junta de Freguesia de Argoncilhe, relativamente à pavimentação da Rua do Parque Industrial e construção de um polidesportivo no Carvalhal. Disse, nesse âmbito, que esse polidesportivo foi inaugurado há cerca de dois anos e meio e que a pavimentação da rua já tem, seguramente, dois anos, questionando o porquê do aparecimento de tal subsídio neste momento. -----

Salientou ter sido informado pela respetiva Junta de Freguesia de que essa verba é uma contrapartida pela ETAR que foi construída naquela zona, questionando à Câmara se essa informação corresponde à realidade. -----

Concluindo, disse que não sabia se as obras indicadas nas restantes freguesias têm tal nível de antiguidade, mas que não fazia sentido, para a atribuição dos subsídios, trazer à baila obras tão antigas como as que citou na freguesia de Argoncilhe, solicitando ser esclarecido quanto a essa matéria. -----

Interveio o membro *Marco Jesus* (PS), que começou por dizer que teve a oportunidade de verificar a ocorrência de um corte maciço de árvores em dezenas ou centenas hectares de pinhal, nos lugares da Lage, Fonte Boa, Pontes de Cima, Barreiro e Vinhó, na freguesia de Pigeiros. -----

Nesse âmbito, disse que gostava de perceber se aquele abate está relacionado com qualquer tipo de reconversão para outro uso ou, não sendo esse o caso, se existe algum plano de reflorestação para toda aquela área. -----

Usou da palavra o membro *António Cardoso* (PS) que começou por abordar a questão relativa ao Estatuto do Direito da Oposição, informando que também os eleitos do PS na



Assembleia Municipal não receberam qualquer comunicação da Câmara Municipal, de consulta prévia para a elaboração das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2012, dizendo julgar que a Comissão Política Concelhia do PS também não terá recebido qualquer solicitação nesse sentido.-----

Em seguida, referiu que a rotunda da A32 em Pigeiros é um perigo iminente, dando nota que as pessoas que vão para o trabalho bem como as crianças e jovens que vão para as escolas têm que atravessá-la, perigosamente, a pé, pelo que pediu a intervenção urgente da Câmara Municipal junto da concessionária da A32. -----

Disse que também solicitava a intervenção da Câmara no sentido de que o nó da A32, situado em Pigeiros, seja designado “Nó de Pigeiros” e não de ligação Feira/Arouca, frisando que essa ligação Feira/Arouca é uma ligação fantasma, que não existe. -----

Referiu que uma outra questão que queria colocar prende-se com a ligação do lugar de Duas Igrejas, em Romariz, à Zona Industrial de Romariz/Pigeiros. Disse que essa ligação foi projetada com 7 metros de largura e com passeios em ambos os lados, com 1,5 metros, fazendo sobressair que a respetiva Junta de Freguesia teve, nessa ocasião, um papel importante nesse processo. Salientou que vários proprietários sentem-se indignados porque a Câmara pretende reduzir a saída para a Zona Industrial para uma largura de 5 metros, sem passeios. Referiu que, inclusivamente, a pavimentação dessa via já teve o seu início e que já existem passeios nos locais onde foram construídas habitações, dizendo que o estrangulamento da via não faz sentido até porque os terrenos são propriedade da Câmara e que, portanto, não se punha a questão de haver dificuldades de negociação dos terrenos.-----

Apelou ao bom senso da Câmara no sentido de que o ordenamento dessa rua, a Rua Manuel José da Conceição, fosse feito com o mínimo de qualidade e com a largura que tinha sido recomendada, dizendo que essa rua até está catalogada nos mapas da toponímia da freguesia de Romariz, nos desdobráveis que são entregues aos cidadãos. Concluindo, deixou à Mesa algumas fotografias dessa rua, solicitando que as mesmas fossem veiculadas ao Sr. Presidente da Câmara em exercício – o que aconteceu de imediato. -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos face às questões colocadas, começando por aludir às questões levantadas pelo membro Telmo Gomes. Relativamente à questão da exigência, por parte da Indaqua Feira, de um



comprovativo da morada, referiu tratar-se de uma situação verificada com a generalidade das entidades gestoras de serviços públicos, dizendo que normalmente é pedido um recibo de uma outra entidade como, por exemplo, da empresa fornecedora de eletricidade ou de gás.-----

Quanto à questão do estacionamento pago e das sugestões que foram deixadas à consideração, disse que tinha tomado conhecimento dessas sugestões através dos jornais, salientando que, por vezes, lhe parece que o que é dito na Assembleia Municipal é, em parte, uma réplica daquilo que se publica nos jornais Terras da Feira e Correio da Feira. Informou que a Câmara tenciona proceder a uma avaliação do sistema do estacionamento pago e que as sugestões que vão surgindo serão analisadas. Referiu que era uma reclamação habitual dos comerciantes do Centro Histórico a questão do estacionamento, reclamando que os clientes não tinham lugar para estacionar o carro uma vez que, pelo menos durante o período normal de trabalho, estavam ocupados pelos funcionários que trabalham, por exemplo, na Câmara Municipal, nos Bancos, nos Serviços de Finanças, não sobrando lugares para aqueles utentes que esporadicamente precisassem de estacionar o seu veículo. -----

Frisou que os próprios comerciantes aplaudiram a medida do estacionamento pago, salientando que essa medida foi alvo de reflexão da Câmara e que não considerava correto associar a crise vivida por esses comerciantes à questão do estacionamento pago, ressaltando entender que caso a Câmara abandonasse essa medida o problema do comércio local se manteria. Destacou que um dos problemas é a concorrência das grandes superfícies, recordando que existem algumas em Santa Maria da Feira e que, portanto, considerava a questão do estacionamento pago como sendo uma forma fácil de desviar a atenção do problema do comércio local. Ressaltou, todavia, que a Câmara vai analisar essa matéria. -----

Relativamente à questão sobre a requalificação das Pedreiras de Lourosa, falada pelo membro Victor Neves, disse que as obras estão a decorrer normalmente e que isso foi comprovado numa visita recentemente efetuada ao local com os membros da Comissão criada pela Assembleia Municipal para acompanhar essas obras, destacando que o trabalho referente à impermeabilização está quase concluído. Frisou que, pelo que tinha conhecimento, as obras não pararam mas que admitia que, devido aos dias de intensa chuva que se verificaram, o empreiteiro tenha entendido não haver condições para trabalhar num ou noutro dia. -----

Sobre a questão se a obra devia estar concluída em 31 de dezembro de 2011, disse que a obra tem um prazo de conclusão de um ano e que a mesma teve o seu início exatamente em



dezembro de 2011. Disse que o processo da requalificação das Pedreiras de Lourosa já se desenrola há alguns anos e que admite que, na altura em que o Estado Português começou a ser questionado pela Comissão Europeia sobre as obras, essa informação tenha sido veiculada por alguém. Esclareceu que foi aberto um concurso público internacional durante o ano de 2011, que a obra foi adjudicada já em meados desse ano e que as obras iniciaram-se, no terreno, em dezembro de 2011. -----

Quanto à questão colocada pelo membro Pedro Soares sobre a falta de consulta prévia aos partidos da oposição para a elaboração do Plano e Orçamento para 2012, disse que a Câmara tem tido a preocupação de solicitar aos partidos as sugestões, ressaltando ser verdade que a CDU tem sempre respondido e apresentado propostas, fazendo sobressair que essas têm sido consideradas. Disse admitir que possa ter havido, aquando da elaboração do Plano e Orçamento para 2012, alguma menor coordenação desses trabalhos e uma falha da parte dos serviços, referindo que esperava que essa tenha sido uma situação esporádica, a ser corrigida no próximo ano. -----

Sobre as cartas de risco das indústrias, sublinhou que o licenciamento industrial é da competência do Ministério da Economia, ressaltando, a esse respeito, que muitas vezes a maior dificuldade da realização dessas cartas é o segredo industrial que também faz parte do negócio. Ressaltou ser um assunto que está a ser tratado pela Câmara. -----

Relativamente ao apoio social e à elaboração de um Plano de Emergência Social, disse considerar ser motivo de orgulho o trabalho desenvolvido pela rede social concelhia, em parceria com as IPSS e com as Juntas de Freguesia. Referiu tratar-se de uma rede modular espetacular, em que são antecipados muitos problemas, destacando não ser preciso um Plano de Emergência Social porque essa rede social está em contacto com a realidade no terreno, frisando que as instituições sociais distribuídas pelas freguesias são o grande olheiro da Câmara e do Conselho Local de Ação Social. Referiu que a questão social tende a agravar-se quando o estado da economia piora, que os problemas que surgem são muitos e que são motivos de preocupação, mas que considera que a rede social concelhia tem respondido bem aos problemas que vão surgindo. -----

Sobre a questão das barreiras arquitetónicas, informou que o estudo feito pela Associação de Municípios das Terras de Santa Maria já está em posse da Câmara e que o mesmo se prende, em grande parte, com as intervenções nos edifícios públicos, recordando, a propósito, que a



Câmara recebeu a Bandeira de Prata da Mobilidade em 2008, pelo trabalho que desenvolveu a esse nível. Salientou que o Concelho é muito extenso, que tem cerca de 1400 quilómetros de estrada, que tem edifícios antigos bem como um território com uma topografia difícil, frisando que há muito trabalho a fazer e que não é fácil resolver todas as questões de mobilidade que se colocam no território. -----

Destacou a colaboração que tem sido dada pelo Provedor Municipal dos Cidadãos com Deficiência, dizendo que o mesmo tem feito um trabalho notável junto das Juntas de Freguesia, que estão muito mais próximas dos problemas, sensibilizando-as para esse aspeto. - Quanto à questão do apoio ao Cineclube da Feira para comprar um projetor digital, mencionada pelos membros Pedro Soares e Lúcia Gomes, disse considerar injusta a crítica da falta de apoio da Câmara ao Cineclube, recordando que o mesmo recebe, para o Festival de Cinema Luso Brasileiro, uma verba a rondar os 40 a 50 mil euros por ano e que utiliza as instalações da Biblioteca Municipal a título gratuito. Salientou que, considerando as atuais condições financeiras da Câmara, não é possível, de momento, apoiar na compra desse projetor digital. -----

Sobre a isenção do Europarque do pagamento do IMI, disse não saber se aquele equipamento estava, ou não, isento, que teria de averiguar esse assunto. -----

Relativamente ao futuro da Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira, questão colocada pela deputada municipal Carla Pinto, disse que essa Escola é uma grande preocupação da Câmara há muitos anos e que prova disso é que a mesma fez, há cerca de 4 ou 5 anos, o projeto para ser construída a nova escola. Salientou que, entretanto, houve mudanças nos respetivos organismos públicos e que uma das responsáveis da Escola de Hotelaria do Porto não aprovou o local indicado pela Câmara para a nova escola, tendo havido a necessidade de indicar um outro local. Referiu estar em causa um projeto de 7 milhões de euros, com imensos pormenores inerentes a uma escola de hotelaria, frisando que nenhum projeto desse tipo está pronto de um dia para o outro e que está muito satisfeito com o projeto que a Câmara desenvolveu, na eventualidade da nova Escola de Hotelaria se concretizar. -----

Destacou que foram cometidas loucuras financeiras no País, no âmbito do Parque Escolar, que colocaram em causa muitas das obras que estavam planeadas e que, nessa medida, a Câmara deu conta à Sr.^a Secretária de Estado do Turismo da preocupação quanto ao encerramento da Escola de Hotelaria de Santa Maria da Feira e da possível transferência da mesma para as



renovadas instalações da Escola de Hotelaria do Porto. Informou que já foi transmitido à Sr.^a Secretária de Estado que o senhorio do edifício onde está instalada a Escola de Hotelaria está disponível para renovar o contrato de arrendamento, que está disponível para rever o preço do arrendamento em baixa e na disponibilidade de fazer algumas obras que a escola necessita, tudo dependendo do prazo pelo qual será renovado o contrato. -----

Informou que a Câmara aguarda por uma reunião que será agendada pela Sr.^a Secretária de Estado com representantes do Instituto de Turismo de Portugal para avaliar todas essas questões, frisando que, de momento, não há garantia nenhuma relativamente a essa matéria. ---

Relativamente à questão da ponte da Própria, colocada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Rio Meão, disse que a Câmara está preocupada e que está a tentar resolver essa situação, informando que o projeto estava pronto e que restava avançar com a obra. -----

Aludindo à intervenção do membro Adriano Martins, disse que apesar da Junta de Freguesia de Milheirós de Poiares ter dado muitos terrenos para a construção de equipamentos, foi a Câmara que fez a generalidade dos investimentos, dando como exemplo a praia fluvial da Mámoa. Referiu tratar-se de um investimento superior a 700 mil euros feito pela Câmara e que, no fundo, continuará a ser uma mais-valia da Junta de Freguesia e dos milheiroenses, ressaltando que a freguesia de Milheirós de Poiares tem merecido toda a consideração por parte da Câmara Municipal. -----

Sobre a questão relativa ao lugar da Pedra Verde, disse que decorre uma negociação com a Indaqua Feira com vista à transferência das infraestruturas mas que o processo está estagnado, informando que inclusivamente já falou com o vereador responsável da Câmara de Oliveira de Azeméis no intuito de resolver esse assunto, ressaltando que está fazer os possíveis para que essa resolução aconteça o mais rapidamente possível. -----

Relativamente à questão da sede do Agrupamento de Escolas de Arrifana/Milheirós de Poiares passar a ser em Arrifana, disse julgar que essa será uma estratégia para pressionar uma determinada decisão, mas que a Sr.^a vereadora responsável pelo Pelouro da Educação, Cultura, Desporto e Juventude seria a pessoa indicada para esclarecer essa matéria. -----

Quanto à questão respeitante à unidade de saúde de Milheirós de Poiares, disse que o membro Adriano Martins teceu algumas considerações que considera muito injustas. Informou que foi feito um protocolo com o Ministério da Saúde que envolvia a construção de cinco unidades de saúde, mas que o Sr. Secretário de Estado disse que só haveria verbas para a construção de



duas e que, por isso, a Câmara deveria indicar quais as duas prioritárias. Deu nota que a Câmara indicou as unidades de saúde de Argoncilhe e de Milheirós de Poiares como sendo as prioritárias, tendo sido assinado o respetivo contrato-programa, sublinhando que os projetos de execução foram feitos pelos serviços técnicos da Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte) e que a Câmara será a executora das obras. -----

Informou, relativamente à unidade de saúde de Milheirós de Poiares, que foi lançado um concurso com um valor base de 600 mil euros mas que não houve propostas e que, perante isso, o processo foi remetido à ARS Norte para ser reformulado, para ser lançado novo concurso. Disse ter falado telefonicamente com o Sr. Administrador da ARS Norte e que o mesmo lhe deu nota que, em breve, será lançado um novo concurso para a unidade de saúde de Milheirós de Poiares por um valor base a rondar os 800 mil euros. -----

Sobre a questão colocada pela deputada municipal Lúcia Gomes, se no centro da cidade vai ser feita a Caixa das Artes ou uma zona comercial, respondeu que vai ser feita a Caixa das Artes e que essa é uma aposta clara da Câmara. Informou que está a decorrer um concurso público internacional, que foram selecionados oito concorrentes que reuniram os requisitos, que a Câmara está a prestar alguns esclarecimentos solicitados pelos concorrentes, dizendo esperar que em maio ou junho próximo haja novidades quanto à adjudicação. -----

Relativamente a uma eventual multa aplicada pela Comissão Europeia no âmbito das Pedreiras de Lourosa, disse que a Câmara nunca seria multada porque quem está em eventual infração é o Estado Português. Referiu, contudo, que julga que não será aplicada qualquer multa uma vez que as obras nas Pedreiras de Lourosa estão em curso. -----

Sobre a desertificação do Centro Histórico na Cidade de Santa Maria da Feira, referiu que esse não é um fenómeno exclusivo de Santa Maria da Feira, sublinhando que nos centros históricos urbanos de muitas freguesias do Concelho, como Lourosa, Paços de Brandão ou Santa Maria de Lamas, existem muitas casas desabitadas. -----

Sobre um eventual aumento do preço das pulseiras que dão acesso ao recinto da Viagem Medieval, disse que essa hipótese está a ser estudada. -----

Relativamente à questão colocada pelo membro Arménio Magalhães relacionada com a revisão do PDM, disse que aquele membro tinha toda a razão nas observações que efetuou, ressaltando que a Câmara também está incrédula com o desenvolvimento desse processo. Referiu que quando o vereador do Pelouro do Planeamento e Urbanismo, José Manuel



Oliveira, se deslocou, em meados de 2011, à Comissão Nacional da REN, foi com toda a expectativa de que o processo de revisão da Reserva Ecológica Nacional no Município de Santa Maria da Feira fosse aprovado uma vez que havia resultado de um trabalho feito em colaboração com a CCDR-N e porque foi a própria CCDR-N quem o apresentou, mas que a verdade é que esse processo não foi aprovado. Disse que teve de se refazer esse trabalho, dizendo que só acredita na conclusão do processo da revisão do PDM quando vir com os seus olhos.-----

Sobre a questão colocada pelo membro Rui Tavares, sobre os subsídios atribuídos às Juntas de Freguesia, nomeadamente um atribuído à Junta de Freguesia de Argoncilhe, referiu que, de facto, esses apoios foram aprovados há três ou quatro anos mas que o pagamento é feito no momento acordado com a respetiva Junta de Freguesia. Disse ser um processo que acontece com alguma frequência, frisando que as situações não são as mais favoráveis mas que, mesmo assim, considera que os Srs. Presidentes de Junta têm sabido gerir esses processos e vão fazendo alguma obra, apesar de ser um facto que a Câmara paga com algum atraso.-----

Quanto à questão relacionada com o corte de árvores na freguesia de Pigeiros, colocada pelo membro Marco Jesus, disse que a Câmara já tinha tomado conhecimento dessa situação, alertando, contudo, que essa é uma questão que compete à Autoridade Florestal Nacional e que a Câmara não tem poderes para intervir nessa matéria. Referiu, contudo, que muitas vezes a situação não se prende com a área abrangida mas sim com o género de árvores que são cortadas.-----

Aludindo às questões colocadas pelo membro António Cardoso referiu, a propósito da rotunda da A32 em Pigeiros, que a Câmara enviou, oportunamente, uma reclamação à DLACE a esse propósito, ressaltando que a solução não é fácil e que a Câmara aguarda pela resposta daquela entidade. Quanto ao nó de acesso ser designado de Nó de Pigeiros, informou que a Câmara também efetuou essa chamada de atenção mas que, similarmente, também ainda não obteve resposta. O Sr. Vice-Presidente da Câmara terminou a sua intervenção aludindo à questão da ligação do lugar de Duas Igrejas à Zona Industrial de Romariz/Pigeiros, dizendo ser um assunto que desconhece mas que vai averiguar essa situação.-----

O membro *Victor Neves* (PS) interveio para solicitar à Câmara que lhe fosse facultado, com a maior brevidade possível, uma fotocópia do contrato da empreitada das Pedreiras de Lourosa.



Handwritten signature

Entretanto, saíram os membros Adriana Cardoso, Ângelo Castro, Antero Barbosa, Marco Jesus, Firmino Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão, Henrique Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, António Sérgio Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, e Diana Resende – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto. -----

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA” -----

1 – Atas: -----

Ata N.º 15 – Sessão Ordinária de 29 de dezembro de 2011 -----

Ata N.º 16 – Sessão Extraordinária de 13 de janeiro de 2012 -----

Ata N.º 17 – Sessão Ordinária de 10 de fevereiro de 2012 -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a apreciação dos senhores membros as atas em epígrafe, que lhes foram oportunamente enviadas, dando nota que não era necessário, na votação das mesmas, fazer o apuramento dos sentidos de voto, tal como estipula o Regimento após as últimas alterações introduzidas, dizendo que os membros que se iriam abster o fariam, certamente, pelo facto de não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Verificando que nenhum membro pretendeu fazer qualquer reparo ao teor das atas, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu-as, separadamente, a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções, aprovar a Ata n.º 15 referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 29 de dezembro de 2011. -----

Em seguida, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 48 votos a favor, 0 votos contra e 4 abstenções, aprovar a Ata n.º 16 referente à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 13 de janeiro de 2012. -----

Mais deliberou, por maioria, com 49 votos a favor, 0 votos contra e 3 abstenções, aprovar a Ata n.º 17, referente à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 10 de fevereiro de 2012. -----

2 – Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em referência, constante do II Relatório de 2012, informação escrita dada pelo *Sr. Presidente da Câmara* onde se sintetiza a atividade -----



financeira do Município, a sua capacidade de endividamento, bem como a listagem das obras e fornecimentos adjudicados pelo mesmo até ao dia 18 de abril de 2012, documento oportunamente distribuído, por fotocópia, aos membros da Assembleia Municipal – cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas – submetendo-o, em seguida, a apreciação. -----

Visto que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, dado que sobre a mesma não é exigida qualquer votação, tendo a Assembleia tomado conhecimento do assunto.-----

Reentraram os membros Adriana Cardoso, Ângelo Castro, Antero Barbosa, Marco Jesus, Firmino Costa – Presidente da Junta de Freguesia de Paços de Brandão, Henrique Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da Regedoura, António Sérgio Silva – Presidente da Junta de Freguesia de Travanca, David Ferreira – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de Arrifana, e Diana Resende – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto.-----

3 – Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2011 da Câmara Municipal-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel.-----

Em seguida, o Sr. Presidente da Assembleia passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara, para que prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 16 de abril de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Pedro Soares* (BE), que começou por dizer que caso se tivesse, como barómetro, os documentos apresentados do Relatório e Contas para avaliar a criatividade do



Concelho, poder-se-ia dizer que o Concelho é bastante criativo, sublinhando que quem ler os documentos fica, em diversos momentos, com a impressão de que houve uma gestão financeira rigorosa, sem desperdício, sem ostentação e com aquilo que é chamado de o lado bom da austeridade, ou seja, o rigor. -----

Frisou, todavia, que ao fazer-se uma análise concreta dos documentos e daquilo que está vertido nas próprias contas, constata-se que ou o orçamento foi um embuste ou a execução orçamental foi uma tragédia, dizendo que só assim se percebe a execução orçamental de 51% da receita executada, ressaltando que o mesmo se passou do lado da despesa. -----

Salientou que a receita de capital foi 25% em relação ao previsto e que isso denota que ou o orçamento foi um embuste ou estava empolado, fazendo sobressair que isso fragiliza a democracia e a capacidade dos eleitos fiscalizarem a atividade municipal. -----

Referiu que até na componente dos pagamentos em atraso de que a Câmara se vangloriava verificou-se um aumento na lista dos pagamentos em atraso, salientando ainda que a Câmara agravou a situação financeira do mundo associativo porque, mesmo depois de algumas das atividades já se encontrarem executadas pelas associações, aquela que era a comparticipação inicial prometida pela Câmara Municipal é reduzida. Disse haver responsabilidades que têm de ser assacadas, sublinhando que continua a haver falta de transparência na distribuição dos subsídios e que isso acontece porque não existe a criação de programas de uma transparência total na distribuição de subsídios, ressaltando ser isso que se exige numa gestão moderna. -----

O membro Pedro Soares prosseguiu a sua intervenção dizendo que o País atravessa um período em que há um aumento brutal do desemprego e em que se verifica que, afinal, a Câmara Municipal também despediu trabalhadores, quer através dos cortes naqueles que eram os avançados como através da não renovação dos contratos a termo, dizendo que, por aí, a Câmara conseguiu um corte de seiscentos mil euros. Disse que uma dúvida se levanta no âmbito desse assunto, referindo que ou essas pessoas estavam em excesso denotando, nesse caso, um claro sinal de má gestão da Câmara, ou fazem falta à autarquia conduzindo, nessas circunstâncias, à necessidade do aumento das aquisições de serviços externos. -----

Referiu ter sido exatamente isso o que se passou, salientando que se pouparam seiscentos mil euros em salários para, depois, gastar-se três milhões e trezentos mil euros em aquisições de bens e de serviços, frisando que por aí se vê uma gestão que não pode ser considerada séria. ---
Sobre a afirmação de que a Ação Social é um dos motivos de orgulho da Câmara e que é



elogiada logo que se sai fora de portas do Concelho, disse que quem conhece a sério o que se passa no terreno de certeza que não elogia. Salientou que são os próprios representantes das entidades que compõem a rede social concelhia a dizer que o Governo está a minar aquele que é o espaço do subsídio e o espaço de sustentação financeira. -----

Nesse âmbito, frisou que ou há um plano e a Câmara diz que está financeiramente bem e assume o papel de não deixar para os outros aquilo que pode fazer ou, perante o aumento do desemprego e a degradação das condições de vida dos feirenses, sai pávida e serena esperando que outros assumam, afinal, as responsabilidades que são da Câmara. -----

Proseguiu dizendo que também não são assacadas responsabilidades no que às obras da rede de saneamento diz respeito, salientando que já nem sequer relembra o que foi dito nos discursos eleitorais de 2005 e 2009, mas que recordava o que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara na apresentação do Orçamento para 2011, referindo que o mesmo afirmou que, em 2011, o saneamento ia estar concluído e que, portanto, a meta estava à vista. -----

Sobre essa declaração, disse que as obras nem sequer vão estar concluídas em 2012 nem a meta está à vista, sublinhando que também não há fim à vista no martírio que os feirenses sentem com os buracos das obras, com os remendos, com o pó, com o estragar daquilo que estava remediado e, por vezes, até estava novo e funcionava para, depois, não se ter coisa nenhuma. -----

Salientou que o planeamento falhou e que é preciso exigir responsabilidades, e que por essa falta de planeamento não ficou pasmado ao saber que o Centro Escolar de S. João de Ver ficou tanto tempo parado porque houve quem não olhasse para o terreno e visse que se tratava de um pântano, insistindo em fazer a obra naquele local. -----

Disse também não pasmar saber que, em Santa Maria da Feira, o processo da revisão do Plano Diretor Municipal é de difícil gestação porque é sucessivamente adiado e nunca vê a luz do dia, fazendo sobressair que se trata quase de um nado-morto como foi o projeto do Parque Empresaria da Cortiça (PEC). -----

Sobre a afirmação de que o PEC não foi um caso de sucesso porque faltou um investidor privado, disse que o certo é que o PEC não foi um sucesso, que foi um nado-morto e que, para além disso, foi gasto muito dinheiro com o PEC, frisando que há que pedir responsabilidades por isso. -----

Disse ser preciso perceber, também, como é que as receitas relativas ao IMI aumentaram, com



o contributo de todos aqueles cidadãos que têm que pagar IMI mas, por outro lado, o Europarque não paga nenhum cêntimo de IMI porque, por palavra da Câmara Municipal, foi considerado como sendo um Projeto de Interesse Nacional. Ressaltou que as receitas do IMI aumentaram à custa dos feirenses, lamentando que aqueles que criaram “elefantes brancos” de dezenas de hectares, não paguem um cêntimo sequer desse imposto. -----

O membro Pedro Soares concluiu a sua intervenção dando nota de que, pelas razões que explicou, o BE votava contra o Relatório e Contas de 2011 da Câmara Municipal, sublinhando que o fazia não somente pela opacidade que o Relatório traduz com uma execução de 51% na receita e na despesa, mas também pela transparência que o mesmo, em nome da Democracia, da coerência e da exigência na gestão de dinheiros públicos, deveria ter e que não tem. -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) que começou por dizer, relativamente aos documentos em apreço, que vivem-se tempos muito estranhos e muito perigosos e que em nome da crise tudo é permitido, dizendo que o Memorando assinado com a Troika, a que chamou de “pacto de agressão”, justifica tudo. Recordou que o PSD não tinha no seu programa eleitoral, quer a nível nacional quer a nível municipal, qualquer tipo de compromisso que não fosse com os seus eleitores, dizendo que esses compromissos foram rasgados com o argumento de que é preciso respeitar os compromissos com a Troika.-----

Sublinhou que o PSD tem sido muito ardiloso em ir mais além do que aquilo que está previsto no “pacto de agressão” e que isso tem causado o aumento do número de pobres que vivem no Concelho de Santa Maria da Feira. Frisou que nunca se viram tantas manifestações no País como se veem atualmente, dizendo que as pessoas não perdem dias de salário porque gostam ou porque não precisam, mas sim porque é um investimento, uma vez que estão a lutar pelos seus direitos, fazendo sobressair que é preciso tirar ilações dessa situação.-----

Frisou que era exigível das pessoas que estão na liderança da Câmara Municipal que tivessem mais respeito por quem lhes deu o mandato para estarem nessa liderança, bem como pelas pessoas que trabalham para levar a cabo aquilo que é o plano do Executivo Permanente da Câmara. -----

Recordou que, no Concelho, há muita gente a viver com quinhentos euros por mês e que muitas pessoas já estão a recorrer a bancos alimentares, a pedir comida e ajuda às Juntas de



Freguesia e à Câmara Municipal porque não têm dinheiro para pagar a sua casa, questionando quantas são essas pessoas e se esse número tem vindo a aumentar. -----

Ressaltou que os relatórios da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens que têm sido presentes à Assembleia Municipal apontam para o aumento dos fenómenos da toxicod dependência e da prostituição, bem como para a ligação direta dessas situações com o desemprego e, conseqüentemente, com a exclusão social. Relembrou, a esse propósito, que a Câmara falou muito em trazer um Centro de Emprego para Santa Maria da Feira e depois culpabilizava o Governo pelo não sucedido, que agora deixou de culpabilizar, referindo que o certo é que o Centro de Emprego nunca veio para Santa Maria da Feira e que, segundo suspeita, nunca virá. -----

Relativamente ao investimento que é feito no Concelho, disse que ouviu o Sr. Vice-Presidente da Câmara dizer que o Parque Empresarial da Cortiça tinha toda a disponibilidade da zona da cortiça, dizendo ter entendido dessas palavras que, ao contrário do que tem sido dito em anteriores sessões da Assembleia Municipal, havia parceiros mas que, depois, a Câmara entendeu que o projeto não era para levar avante. Pediu esclarecimentos quanto a essa matéria. -----

Aludiu, em seguida, à FeiraPark, S.A., dizendo que a Assembleia Municipal deliberou autorizar a isenção de IMI àquela empresa porque a mesma iria, a breve prazo, trazer emprego qualificado para o Concelho, recordando que, na altura, falava-se em setenta engenheiros para trabalhar na área das energias renováveis. Questionou o que aconteceu à FeiraPark e para que serve a participação de 15% que a Câmara detém dessa empresa. -----

Disse ter-se verificado um aumento de 33,88% da receita referente a Taxas, Multas e Outras Penalidades, questionando quais são exatamente essas taxas e de onde advém esse aumento de receita. -----

Referiu haver um aumento de receita nos impostos indiretos, uma variação de mais 166,93%, salientando que os impostos diretos constituem 63% da receita e que o IMI, em termos de receita arrecadada, aumentou 60%. -----

Sobre o IMI, disse que aquando da discussão das taxas a aplicar foi dito, ano após ano, que não se podia baixar as taxas porque a receita ia baixar. Salientou que a receita do IMI subiu, que continua a representar 60% na receita arrecada a nível dos impostos diretos, questionando se a Câmara está, ou não, preparada para baixar a taxa do IMI uma vez que diz ser solidária



com os feirenses. -----

Frisou que o desemprego continua a aumentar no País mas que no Concelho de Santa Maria da Feira aumenta com mais intensidade, ressaltando que as indústrias ou estão a ir embora ou a fechar portas e que já quase não existe aparelho produtivo no Concelho, fazendo sobressair que continua a verificar-se o recurso a métodos de insolvências fraudulentas e a despedimentos fraudulentos e que não se vê a Câmara Municipal pronunciar-se sobre essas situações, ao contrário do que se vê acontecer noutros concelhos. -----

Sublinhou que a Ação Social não é dar esmolas, reconhecendo que, no Concelho de Santa Maria da Feira, a Ação Social passa também pela educação cívica, pelo apoio, por dar as competências necessárias às pessoas que estão em situações de vulnerabilidade, destacando que a Câmara tem apoiado as redes sociais e que se não fosse a ajuda da Câmara, no âmbito do Programa PARES, provavelmente não se teria a rede social que o Concelho tem, frisando, contudo, que a rede social é uma almofada e que cabe ao Poder Local ser um agente dinamizador dessa rede social. -----

A propósito do Programa PARES disse que apesar de estar referenciado no Relatório de 2011 não dirá respeito, certamente, ao ano de 2011 mas sim a anos anteriores, salientando que a Câmara faz muito o “copy/paste” dos documentos talvez para facilitar e não perder tanto tempo na elaboração dos mesmos. -----

Prosseguiu a sua intervenção referindo que a Câmara está numa situação particularmente favorável para exigir do Poder Central determinado tipo de coisas que não estava na altura do Governo anterior e que, portanto, exige-se ao Executivo Permanente da Câmara que faça o seu papel junto do Governo no sentido de atrair, para o Concelho, investimento e políticas de desenvolvimento concertado. -----

Relativamente ao Ambiente, nomeadamente à rede de saneamento, referiu que a CDU apresentou, em conferência de imprensa realizada no dia 13 de abril último, um relatório sobre o saneamento no Concelho de Santa Maria da Feira, dizendo ter sido uma coisa que a CDU fez e que a Câmara Municipal nunca cuidou em fazer. Frisou que não custa nada à CDU que as obras da rede de saneamento se concluam, que o que preocupa à CDU é o dinheiro que se foi perdendo e que foi sendo gasto descuidadamente, sublinhando que sessenta milhões de euros de investimento foram recusados pelo Banco Europeu de Investimento por incumprimento da Câmara com a Indaqua Feira. -----



Passando a reportar-se a alguns factos ocorridos a partir de 2007, disse que nesse ano começaram a ser feitos alguns trabalhos, tendo-se verificado a intervenção da SIMRIA no Subsistema da Barrinha de Esmoriz, com um investimento total de 23,5 milhões de euros e que foram cofinanciados pelo Fundo de Coesão da União Europeia em 59%. -----

Prosseguiu dizendo que, entretanto, após uma advertência da Comissão Europeia e por incumprimento de diretivas comunitárias integradas no sistema de despoluição da Bacia do Douro, foi construída a ETAR de Fiães, tendo ficado a faltar a cobertura dos sistemas de esgotos e o seu tratamento no Sul do Município.-----

Salientou que foram concluídos os sistemas da Ribeira da Laje e da Ribeira do Cáster, que serviriam 40 mil habitantes e que vão transportar os efluentes das freguesias de Arrifana, Escapães, Espargo, Fornos, Mosteirô, Sanfins, Santa Maria da Feira, São Miguel de Souto e Travanca para a ETAR Norte, de Cacia, para serem tratados. Frisou que, perante tanta coisa já concluída, seria expectável que as linhas de água, rios e ribeiras, já estivessem despoluídos, mas que bastava dar um passeio no lugar da Lavandeira, junto à ribeira do Rio Cáster, para perceber o cheiro que continua a existir e o modo como corre o saneamento e os esgotos no meio da cidade sede do Concelho. Alertou que continuam a ser visíveis ligações clandestinas, sublinhando que essa situação já se tornou insustentável e que tem repercussões e danos ambientalmente irrecuperáveis. -----

Aludindo aos casos da Ribeira de Rio Maior e da popularmente conhecida por “ribeira do chiqueiro”, em S. Paio de Oleiros, disse que após quatro anos da conclusão da obra “em alta” do sistema da Bacia de Rio Maior pela SIMRIA, e após a entrega da obra de saneamento “em baixa” à Indaqua Feira, continuam as ribeiras agonizantemente conspurcadas com os esgotos industriais e domésticos. Informou que esse cenário já motivou protestos conjuntos das populações, fazendo sobressair que tal situação requer medidas urgentes de forma a paralisar esse atentado à qualidade de vida dos moradores das freguesias de Paços de Brandão e de S. Paio de Oleiros, bem como de todas as populações que residem na envolvente das ditas ribeiras. -----

Disse que gostava de saber o que é que o Sr. Vice-Presidente da Câmara tinha a dizer sobre todo o dinheiro que, entretanto, foi perdido em financiamentos por incumprimento, bem como pelo facto de, ambientalmente, a Câmara só agir sob ameaça da Comissão Europeia. Nesse âmbito, disse já serem muitos os processos contra o Estado Português e já serem muitas as



referências, em relatórios internacionais, a zonas sensíveis como a Bacia da Ribeira do Cáster e a Bacia da Ribeira da Laje, questionando o porquê dessa matéria não constar no Relatório de Atividades de 2011, agora apresentado à Assembleia Municipal. -----

Relativamente à política cultural, disse ter ficado muito agradada ao saber que a organização do Imaginarius fica entregue à população feirense, referindo que fica muito bem entregue, realçando ainda que a Biblioteca Municipal é o exemplo de um bom investimento e de uma boa política cultural, principalmente na programação pedagógica direcionada a muitas crianças. Referiu que também ficou a saber que tem aumentado o número de pessoas a recorrer aos serviços da Biblioteca Municipal para acederem à Internet porque já não têm dinheiro para esse serviço, questionando o porquê dessa informação não constar do Relatório de Atividades.-----

A deputada municipal Lúcia Gomes concluiu a sua intervenção perguntando qual o motivo de não constar, no Relatório, mais do que a vanglória daquilo que é feito pela Câmara, dizendo que gostava de saber a razão para não constar o diagnóstico da situação social e aquilo que a população precisa. Frisou que essa informação não aparece em lado nenhum, que não aparece no portal da Câmara nem em nenhum documento oficial da mesma, dizendo que se seria tempo do Executivo Permanente da Câmara fazer a sua autocritica relativamente a tais matérias, em vez de criticar aqueles que criticam. -----

Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP) que começou por dizer, relativamente aos documentos do Relatório e Contas, que apenas iria chamar a atenção para alguns casos específicos que detetou e não fazer considerações globais, dizendo que se o fizesse teria de reafirmar o que disse em anos anteriores mas que não o fazia porque não gostava de ser repetitivo.-----

Aludindo ao Balancete de Terceiros referiu, no que respeita aos fornecedores, que no período em causa foram efetuados pagamentos equivalentes ao valor da despesa gerada nesse mesmo período, salientando que isso quer dizer que não houve qualquer diminuição nas contas correntes da dívida a fornecedores. Sobre isso, fez sobressair que a receita, no seu global, cresceu cerca de dois milhões de euros essencialmente provenientes dos impostos cobrados aos feirenses, destacando que a receita arrecadada com o IMI teve um aumento de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros. Nesse âmbito, questionou porque é que esse dinheiro,



Handwritten signature

uma vez que a Câmara não o previa receber de acordo com o orçamentado, não foi aplicado na regularização das contas correntes a fornecedores.-----

Referiu que nesse balancete se conclui que as dívidas da Câmara ascendem a setenta e oito milhões de euros, representando 122% daquilo que é o seu orçamento anual, dizendo que, portanto, o Concelho está em pior situação do que o País. Disse que se for tido em conta que, em cada ano, a Câmara tem disponível pouco mais de 20 milhões de euros para despesas de investimento, isso significa que a Câmara, mesmo se deixasse de fazer compras, precisaria de cerca de quatro anos para saldar essa dívida. -----

Ainda referente ao valor da dívida da Câmara, questionou se o valor apresentado seria o valor real da dívida, salientando que não estavam contabilizadas as promessas feitas aos Presidentes de Junta sobre as obras de que falou anteriormente, que já foram feitas há três ou quatro anos, que não estavam contabilizadas as promessas feitas às IPSS para, por exemplo, a construção do Lar de Idosos, bem como não estavam contabilizadas as promessas feitas às associações e coletividades quanto à construção ou reabilitação das suas sedes.-----

Salientou que, portanto, não se estaria a fugir muito da realidade se aos setenta e oito milhões de euros fossem acrescentados cerca de dez milhões de euros, frisando que esse facto agravaria, ainda mais, uma situação que disse já ser insustentável. Nesse âmbito, disse que perante tal nível de endividamento do Concelho e porque o mesmo não consegue gerar receitas nem justificar receitas nos períodos que a lei impõe, ou seja, nos 90 dias consequentes à geração da despesa, não lhe admirava ouvir o Sr. Presidente da Câmara dizer que a Lei dos Compromissos pode trazer asfixia e muita dificuldade na gestão da Câmara. -----

Relativamente ao Plano de Apoio ao Associativismo Concelhio (PAAC) para 2011 disse que dos 304 mil euros previstos foram pagos cerca de 2 mil euros, perfazendo uma execução de 0,66%. Nesse âmbito, disse já se saber que para 2012 não há PAAC, lamentando que a Câmara não tivesse assumido a mesma posição para 2011, ressaltando que isso teria evitado o aparecimento, no Relatório e Contas, do valor ridículo de 0,66% de execução do PAAC de 2011. -----

Prosseguiu dizendo que havia uma situação que colocava em causa tudo o que tinha acabado de dizer, referindo o seu caso pessoal no que ao recebimento de senhas de presença diz respeito, frisando que no balancete de terceiros não aparece nenhum movimento registado em 2011 mas que ele recebeu, efetivamente, senhas de presença no decorrer de 2011, destacando



que esse valor até apareceu automaticamente preenchido no sítio das Finanças na Internet, nos formulários a preencher para efeitos de IRS. Referiu, portanto, que pelo menos no seu caso pessoal não estava refletido nos documentos o que aconteceu na realidade e que, por isso, lhe restavam dúvidas quanto à fidelidade dos documentos apresentados. -----

Referiu que passaria a referenciar dois exemplos que considerava serem exemplificativos de uma má gestão de verbas, e que o primeiro dos quais se prendia com a Escola de São Domingos, em Argoncilhe. Disse que essa escola começou a funcionar depois da remodelação de que foi alvo, após as férias escolares da Páscoa, e que já tivera a oportunidade de visitar o edifício e comprovar que as condições da escola são muito boas. Frisou, contudo, ser relevante conhecer o histórico dessa escola, dizendo ser uma escola característica do Estado Novo, com um edifício dentro daquilo que são muitos outros espalhados pelo Concelho, que sofreu obras de remodelação mas que, infelizmente, foi alvo de um incêndio que obrigou a novas obras de remodelação. -----

Salientou que essas obras já contemplaram uma sala polidesportiva bem como outros equipamentos, fazendo sobressair que a mesma esteve em funcionamento poucos meses para, depois, ser encerrada para se proceder à construção do Centro Escolar de Argoncilhe. Nesse âmbito, disse ter ficado pasmado ao saber que a capacidade desse Centro Escolar, apesar de ter o triplo da área, será a mesma que a Escola de São Domingos tinha, ou seja, para 4 turmas, quando julgava que teria uma capacidade maior. -----

Ressaltou que a escola de São Domingos estava relativamente bem equipada, que tinha sido remodelada e que tinha boas condições, não compreendendo que não se use esse dinheiro na remodelação de outra escola ou na construção de um outro Centro Escolar. -----

Frisou que uma outra situação que o deixou chocado tem a ver com o arranjo urbanístico que recentemente foi feito no centro da freguesia de Santa Maria de Lamas, ao nível dos passeios, arruamentos, estacionamento e outros arranjos, comentando que o mesmo trabalho devia ser feito, pelo menos, nos centros de todas as freguesias do Concelho. Disse ter ficado pasmado porque, depois de se ter gasto o dinheiro que se gastou no arranjo dessas ruas, estão, agora, a ser alvo de obras referentes à instalação da rede de abastecimento de água. -----

O membro Rui Tavares concluiu a sua intervenção questionando como não foi possível intervencionar essas ruas antes de se ter efetuado o arranjo urbanístico, frisando que a única explicação que encontra para que isso não tenha ocorrido é a falta de planeamento. -----



Interveio o membro *António Cardoso* (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Se o grande Eça fosse vivo e soubesse o que se passa neste Concelho, não desdenharia escrever sobre ele uma versão Santamariana do romance «A Relíquia» porque, de facto, tem-se tornado de uma evidência arqueológica que o poder de há muito instalado em Santa Maria da Feira, e que já é uma relíquia, passe o trocadilho, se continua entretendo e aparentemente divertindo sob a infantil e fútil pretensão de esconder a nudez crua da verdade sob o manto da fantasia. -----

E é assim que, simultaneamente, uns descrentes, outros condescendentes, outros anestesiados e outros até divertidos, escutam o PSD a vangloriar-se alegremente sobre os grandes méritos da sua gestão relativamente ao ano de 2011! -----

De uma forma eufemística o poder instalado e, sobretudo, acomodado confortavelmente há décadas neste Concelho, perdeu definitivamente o pudor quando nos diz que, por exemplo, as ETAR estão todas concluídas, mas omite-nos que mais de metade do Concelho não tem uma rede de saneamento ligada nem reúne condições para que tal aconteça! -----

É como se disséssemos que as nossas estradas são perfeitas só que não passam automóveis por elas, logo, para que nos serviriam? -----

Mas, como a política do poder instalado nesta terra reside na omissão ou nas meias verdades quando não na crua inverdade, permite-se nas condições anteriores, cobrar abusivamente aos munícipes ramais de ligação de água e de saneamento virtuais! O poder autárquico imita o Poder Central no seu estilo Napoleónico do posso, quero e mando! -----

Mas há um fio condutor na política seguida por esse poder enquistado há demasiado tempo no nosso concelho: a confissão de boas intenções, de desejo de concretizar algo, da vã esperança de que isto ou aquilo aconteça por geração espontânea! -----

Dito de outro modo, este poder é Sebastião: está sempre à espera que apareça uma solução, sem a procurar. Ora nós não comemos vontades, não habitamos em esperanças, não ensinamos em desejos, nem trabalhamos nas nuvens. Fazemos tudo isto em coisas concretas como construir escolas! E, por falar em escolas e esperança, o vosso querer faz com que os centros escolares previstos sofram atrasos de 2 a 3 anos. Veja-se o que se passa em Lourosa e S. João de Ver, por exemplo.” -----

O membro António Cardoso interrompeu a leitura do documento para aludir à questão da



construção da Escola de Hotelaria em Santa Maria da Feira, dizendo que essa tem sido uma promessa eternamente adiada, salientando, todavia, que era preciso fazer honra ao Executivo Permanente da Câmara uma vez que querer não lhe faltava. Prosseguiu com a leitura do documento:-----

“Mas não termina aqui a vontade apenas aparente, claro, de realizar algo que valha a pena. O PDM, por exemplo, entrou em vigor em 1993 e não há forma de proceder à sua revisão. Algumas das suas premissas mostram-se desatualizadas e já não correspondem às necessidades de ordenamento e de gestão integrada do território. De quem é a culpa? Será que mais uma vez ela morre solteira? Ou, muito convenientemente para o PSD, claro, a culpa é da oposição? Mas acaso a oposição governa? Não é verdade que a realidade económica deve ser vista em articulação com a realidade social, cultural e ecológica? Se sim, então porquê a demora? Há algo de que não saibamos ou que se arrisque a tornar-se opaco ao saber-se? Que relação existe entre o abate indiscriminado de árvores em terrenos de reserva florestal e a aparente omissão desse crime ecológico Mas, por favor, tenham lá calma, porque se não existe então podemos todos ficar sossegados... -----

Se para o PSD, o PDM é uma prioridade desde 2001, ou seja, há onze anos, o que impede que essa prioridade seja satisfeita? Há algo obscuro nesta revisão? Afinal, por que razão o PDM não é aprovado? Alguém nos pode esclarecer?-----

Mas, o curioso da atual gestão camarária é o pendor voluntarista que emprega para transmitir a falsa ideia de que faz obra. Uma das grandes bandeiras deste executivo, por exemplo, foi a de criar um parque empresarial da cortiça, algo que nos parecia de grande importância uma vez que nos situamos no coração da indústria da cortiça. Mas, ao que supomos saber esse projeto foi abandonado. O que é feito dele? Quem responde por isto? Todos os investimentos até aqui realizados foram deitados ao lixo, essa é que é a verdade que o manto diáfano da fantasia não pode ocultar!-----

Mas, esta Câmara, quando faz obra, ela, a suposta «obra» é megalómana mas apenas para quem paga. Veja-se o que se passa, por exemplo, com as taxas altíssimas de publicidade ou até com a sanha parquimétrica de que sofre este executivo e cujas vítimas somos todos nós os munícipes que têm a desdita de andar de carro numa sede de concelho onde não há o mais pequeno lugar que não contenha a malfadada máquina das moedas. E que moedas meus senhores! -----



Dificultar o estacionamento automóvel no Concelho é o mesmo que dificultar o acesso aos serviços e, sobretudo, condenar o comércio a fechar e despedir pessoas de carne e osso, não números! Eis aqui mais um mau exemplo do que não deveria ser feito! -----

Essas taxas altíssimas, as cobranças abusivas de ramais virtuais e outros desmandos, poderiam fazer-nos pensar que, apesar de tudo, o poder instalado, enquistado aqui há anos beneficiaria de uma solvência invejável. -----

Nada disso! Santa Maria da Feira é um concelho altamente endividado com um passivo de mais de 125 milhões de euros! Ouviram bem: 125 milhões de euros num território com apenas 135 mil habitantes! É só fazer contas! E tudo isto com a agravante de pagar tarde e a más horas com as consequências que todos conhecemos... -----

De onde surgiu toda essa dívida? Quem souber que responda. O certo é que, para travar a dívida esta governação concelhia aplica uma receita cuja simplicidade só iguala a sua crueldade, insensibilidade e frieza: privar associações e outras instituições de solidariedade social de verbas fundamentais para as suas atividades, atrasar-se nos compromissos financeiros às Juntas de Freguesia, às associações e aos fornecedores e particulares, boa parte dos quais já estão com a corda na garganta lutando desesperadamente pela sua sobrevivência... -----

E não deixa de ser curioso que este executivo tenha aderido ao programa «Pagamento a Horas» que, por sinal, foi criado pelo anterior governo do Partido Socialista se bem todos nos lembramos. Que aderiu a horas, aderiu, mas que continua a pagar “mal e fora de horas” é um facto que deveria causar insónias a quem detém o poder! -----

Muito haveria a dizer sobre a gestão à vista desta Câmara Municipal, que navega sem rumo sob iminente risco de afundamento, porém receio bem que este discurso crítico se torne ainda mais penalizante para quem nos governa. -----

Entendamo-nos: nós sabemos que vocês até se esforçam mas nota-se perfeitamente que já estão cansados, desorientados e, confessem, desmotivados. A verdade crua e nua é que se meteram numa teia de que só vocês, poder instalado, são o único culpado porque simplesmente a criaram. Agora vê-se que lutam desesperadamente à procura de um fim com um mínimo de dignidade. -----

Mas, fiéis aos nossos valores, devemos permitir esse refúgio piedoso, essa tenda de abrigo, onde penosamente possam descansar para fazerem a natural, merecida e necessária travessia



do deserto. Nesse vosso desterro político que se aproxima a passos largos, deixamos uma palavra de esperança para os feirenses: Fiquem descansados, podem confiar em nós, e tudo só pode melhorar porque pior do que hoje temos é algo simplesmente impossível!” -----

Feita a leitura do documento, o membro António Cardoso concluiu a sua intervenção dizendo que, pelo exposto, os eleitos do Partido Socialista votavam contra o Relatório de Atividades e Prestação de Contas de 2011 da Câmara Municipal. -----

Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Louredo, *Fernando Moreira*, que começou por salientar ter ouvido, nas intervenções efetuadas, falar-se de tudo mas muito pouco daquilo que contém os documentos, dizendo que os eleitos pelo PSD não podem ficar insensíveis e fazer de conta que não ouvem o que é dito, parecendo-lhe justo fazer algumas críticas e dar algumas achegas que considera importantes. -----

Disse que a democracia exige verdade e seriedade política, ressaltando ter ouvido coisas que só podem ser justificadas pela não leitura dos documentos ou, então, pela falta de seriedade política e pelo querer enganar os feirenses, sublinhando que o grupo municipal do PSD não vai deixar que os feirenses sejam enganados. -----

Salientou que seria pouco inteligente da sua parte dizer que estava satisfeito com o Relatório e Contas quando o mesmo apresenta uma taxa de execução pouco superior a 50%, mas que também é muito pouco inteligente as pessoas criticarem e não terem uma palavra a dizer quanto à razão que levou ao atual estado de coisas. -----

Referiu não perceber, também, onde é que as pessoas vão buscar os números de que falam, dizendo não entender como é que a receita do IMI aumentou 60% se passou de uma verba de 12.335.725,32 € para 13.096.411,52 €, ou seja, um aumento na ordem dos setecentos e sessenta mil euros. -----

Salientou, novamente, a necessidade do rigor nas afirmações que se fazem, destacando que de 2008 para 2011 verificou-se um decréscimo na receita de 5 milhões de euros, frisando ser muito dinheiro. -----

Referiu que a receita do IMI aumentou e que, provavelmente, continuará a aumentar, fazendo sobressair que isso aconteceu e que continuará a acontecer não porque a taxa aumentou mas sim por força da denominada “avaliação geral” que se está a proceder aos imóveis. -----

Nesse âmbito, questionou onde estavam os críticos quando o anterior Governo terminou com



a reforma da tributação do património que previa, com o intuito de acabar com as injustiças existentes apesar das taxas diferenciadas, que todos os prédios que fossem transacionados, quer gratuita quer onerosamente, seriam avaliados num prazo estimado de cinco a seis anos, e que os restantes imóveis seriam avaliados segundo a denominada “avaliação geral”. -----

Sublinhou que esses críticos permaneceram calados quando o anterior Governo entendeu que as transições gratuitas não seriam avaliadas, dizendo que isso faz com que as injustiças se mantenham ou, até, se venham a agravar. Referiu que o Governo está, agora, a pensar fazer uma avaliação geral dos imóveis, admitindo que o esteja a fazer de forma algo apressada. Fez sobressair que quando o valor do imposto a pagar é muito elevado não é o valor da avaliação que está errado mas sim a taxa que está a ser aplicada, ressaltando que só se pode ter uma tributação correta do património quando o mesmo estiver devidamente avaliado, sublinhando ser isso que todos devem exigir. -----

Reafirmou que não se encontrava satisfeito com a execução de 51% mas que percebia o porquê de ter acontecido, afirmando também que, em anos anteriores, já viu serem aprovados Relatórios e Contas com taxas de execução na ordem dos 70%, em que o Sr. Presidente da Câmara dizia de forma clara, aquando da apresentação dos Orçamentos respetivos, que os mesmos estavam empolados em cerca de 20 a 25%, e que ouviu nessas ocasiões exatamente as mesmas críticas que ouviu na presente sessão, considerando haver falta de seriedade nessa situação. -----

Referiu que, de igual modo, não lhe parecia sério que se questionasse o problema do atraso da revisão do PDM e não se questionassem as decisões tomadas por entidades superiores à Câmara Municipal, como é o caso da CCDR-N, recordando que a CCDR-N propôs a Carta da Reserva Ecológica Nacional para aprovação e, depois, ela foi reprovada. Saliu que não estava com isso a dizer que a Câmara estava isenta de todas as culpas mas sim que era do entendimento de que essa crítica foi feita levianamente. Disse, sobre isso, que as críticas devem ser distribuídas por quem tem as culpas, destacando que criticar-se somente quem tem menos culpa leva a que os processos fiquem na mesma e não avancem. -----

Disse não poder estar satisfeito com os sérios problemas tidos pelas Juntas de Freguesia e pelas associações concelhias, mas que ficava espantado ao ouvir algumas intervenções porque lhe davam a entender que as pessoas que as proferem não vivem neste País ou, então, não leem os jornais, salientando que se o fizessem saberiam que grande parte do País não tem rede



de saneamento e saberiam, por exemplo, que muitos Presidentes de Câmara já tornaram público que não vão atribuir mais subsídios às suas associações. Sublinhou que o Concelho de Santa Maria da Feira não é um oásis no meio do País e que, portanto, é preciso ter uma perceção do que se passa no País para se falar de determinados assuntos. -----

Referiu que contrariamente ao que a deputada municipal Lúcia Gomes disse, a Câmara conseguiu minimamente realizar aquilo que tinha decidido fazer, comentando, relativamente à crítica de que o saneamento está atrasado, que essa crítica está gasta e que a realidade é que as obras referentes à rede de saneamento estão quase concluídas. -----

Disse ser preciso esclarecer, quanto à rede de saneamento, que uma coisa é essa rede estar realizada e outra coisa é o saneamento estar a funcionar em pleno, referindo ser do conhecimento público que há muitos locais onde a rede está concluída mas as pessoas não efetuam a ligação à rede, frisando que embora seja verdade que algumas não o façam por dificuldades financeiras, também há pessoas que não o fazem por desleixo. Nessa medida, lamentou que os partidos da oposição não apelem às pessoas para fazerem a ligação, ressaltando que só com as ligações efetuadas é que se poderá conduzir os esgotos às respetivas ETAR para serem tratados e para resolver o problema do ambiente. Referiu que existem críticas a fazer à Indaqua Feira, que ele próprio as tem feito, mas que nesta fase não deve ser exigido à Indaqua Feira que comece já a fazer fiscalização, comentando que, neste momento, o grande problema da Indaqua Feira prende-se com a realização das obras e com os problemas que as mesmas envolvem. -----

Salientou, no que ao desenvolvimento económico diz respeito, que a Câmara Municipal chegou à conclusão de que não era possível ir avante com o projeto do Parque Empresarial da Cortiça e que teve a coragem de dizê-lo com toda a naturalidade, destacando que também é preciso saber recuar quando as circunstâncias o impõem. Frisou que com o Parque Empresarial de Reciclagem de Materiais as coisas já aconteceram de maneira diferente. -----

Realçou a componente social tida pela Biblioteca Municipal e pelos Museus, sublinhando o prazer e a honra pelo facto do Museu do Papel Terras de Santa Maria ter sido considerado o melhor Museu Português em 2011, dizendo que em 2011 não aconteceram só coisas negativas, que também aconteceram coisas positivas que custam dinheiro, sublinhando que é preciso saber onde conseguir as verbas necessárias para as realizar. -----

Elogiou a área da Ação Social, dizendo que a rede social do Concelho desempenha um



trabalho fantástico e que a mesma só funciona porque a Câmara tem sabido mobilizar essa rede, frisando que a Câmara, por si só, não conseguiria fazer o que está a ser feito ao nível da ação social. Frisou ser preciso dinheiro para os transportes escolares bem como para as cerca de 5.400 refeições diárias servidas nas escolas, destacando que cerca de metade são servidas a alunos que têm o escalão A ou B da Ação Social Escolar, em que os alunos do escalão A não pagam pela refeição e os alunos do escalão B pagam metade do valor da refeição. -----

Disse que foram feitas críticas pelos atrasos verificados nas obras dos Centros Escolares de S. João de Ver e de Lourosa, lamentando que esses críticos não tenham sido capazes de falar nos Centros Escolares que já se encontram concluídos e em funcionamento. -----

Relativamente à crítica de que uns valores deviam constar num ou noutro mapa, referiu que é preciso saber ler os documentos e saber analisar os mapas em conjunto, dizendo ser preciso acreditar nos documentos até porque as entidades que vão analisá-los não iriam admitir que os documentos, e os mapas que neles constam, não façam sentido. -----

Sobre a dívida da Câmara, disse que falar-se que o passivo da Câmara é de 125 milhões de euros sem dar nota que o ativo é de 266 milhões e 78 mil euros é querer passar a mensagem de que a Câmara deve 125 milhões de euros, é querer enganar os feirenses e é tratar os assuntos com falta de seriedade política. -----

Salientou que a dívida da Câmara ronda os 78 milhões de euros mas que é preciso informar as pessoas de que 47 milhões de euros dizem respeito a dívidas a médio e longo prazo que estão devidamente programadas e que não são problemáticas, destacando que isso é reconhecido, inclusivamente, em documentos oficiais. -----

Disse, então, que a dívida da Câmara é de cerca de 31 milhões de euros, ressaltando que esse valor não deixa de ser preocupante e que o será ainda mais com a Lei dos Compromissos, comentando que alguns desses 31 milhões de euros ainda não estão totalmente consolidados. Destacou ser importante dizer, também, que tal como consta dos documentos, a Câmara irá receber cerca de 8 ou 9 milhões de euros dos Fundos Comunitários e que, nessa altura, a dívida da Câmara passará a ser de pouco mais de 20 milhões de euros, fazendo sobressair, contudo, que ainda é muito dinheiro. Frisou ser verdade que há Câmaras que estão em melhor situação relativamente à de Santa Maria da Feira, que algumas não têm dívidas e pagam a tempo e horas, mas que outras estão em muito pior situação e até na iminência, essas sim, de entrarem em falência. -----



Quanto à afirmação de que a Câmara devia considerar baixar a taxa do IMI porque a receita aumentou, em 2011, cerca de 2 milhões de euros, salientou que esse aumento também está explicado nos documentos e que o mesmo se deve a algumas taxas que anteriormente não eram cobradas, como as referentes aos resíduos sólidos, bem como devido a alguns milhões de euros recebidos dos Fundos Comunitários. Disse não fazer sentido pedir-se para baixar a receita do IMI em cerca de 700 mil euros e depois pedir, por exemplo, o aumento das verbas a distribuir pelas associações concelhias, questionando onde é que se vai buscar o dinheiro. -----
Salientou que não foi concretizado tudo o que se desejava para 2011 mas que os objetivos fundamentais foram cumpridos, reafirmando ser preciso perceber o estado em que o País se encontra, frisando, a esse propósito, que o Partido Socialista foi quem contribuiu para que a dívida do País chegasse ao estado a que chegou e que, por isso, ficava admirado ao ouvir os membros do Partido Socialista, nesta Assembleia Municipal, a dar lições de moral ao falarem da dívida da Câmara e da necessidade da mesma pagar a tempo e horas. -----
O membro Fernando Moreira terminou a sua intervenção dando nota que os membros eleitos pelo PSD na Assembleia Municipal, devido às razões que explicou e embora não satisfeitos com a taxa de execução orçamental, votavam favoravelmente os documentos em questão. ----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* para prestar os devidos esclarecimentos face às questões colocadas, começando pelas questões levantadas pelo membro Pedro Soares.-
Relativamente à questão sobre a execução do Orçamento e à crítica de que o Orçamento para 2011 foi um embuste, referiu que, de facto, a taxa de execução do Orçamento é de cerca de 51% mas que essa aconteceu de plena consciência. Salientou que quando foi apresentado o Plano e Orçamento para 2011 já havia a noção de que o Orçamento estava empolado porque a Câmara tinha vários projetos de investimento em perspectiva e, daí, constarem muitas verbas para ter a rubrica aberta, na expectativa das eventuais candidaturas serem aprovadas. -----
Frisou que, de qualquer forma, o que a Câmara considerou ser o essencial e extremamente estratégico para o Concelho, nomeadamente a construção da rede de saneamento básico e dos centros escolares, foi feito, dizendo que esses foram os grandes investimentos realizados em 2011. -----

A propósito das redes de abastecimento de água e de saneamento básico, disse sentir-se particularmente orgulhoso pelo trabalho desenvolvido pela Câmara, questionando quantas



vezes faltou a água nas torneiras dos membros presentes. Respondeu a essa mesma questão dizendo que, provavelmente, não lhes faltou nenhuma vez a água ou, se faltou, foi durante uma ou duas horas para se proceder a uma qualquer reparação necessária, frisando que só quando falta a água é que as pessoas lhe dão o devido valor. -----

Destacou, em seguida, que a Câmara fez investimentos significativos em quinze reservatórios de água mas que ninguém dá muito valor a esse aspeto, sublinhando que esses reservatórios permitem uma reserva de água para 48 horas quando uma grande rutura demora, geralmente, 10 a 12 horas a reparar e que, portanto, nunca faltará a água no Concelho. -----

Quanto à rede de saneamento básico, referiu que as quatro ETAR estão construídas bem como, com uma ou outra exceção, a rede “em alta”, fazendo sobressair que as bacias da rede de Rio Maior, Silvalde, Beire, Remolha, Uíma, Inha, estão em funcionamento, recordando, todavia, que a taxa de cobertura da rede de saneamento básico nunca ultrapassaria os 90%. ----

Sublinhou que a execução de uma rede de saneamento básico exige muito trabalho, recordando que é preciso negociar com muitos proprietários a passagem nos terrenos, que isso levantou muitos problemas que tiveram que ser geridos e que, por isso, entende que as pessoas ligadas ao Executivo da Câmara encontram-se extremamente orgulhosas por essa obra estar em funcionamento no Concelho de Santa Maria da Feira. Salientou que, estando as condições criadas, falta fazer o trabalho de formiguinha que é o de, caso a caso, fazer com que as pessoas efetuem a ligação à rede, dizendo ser um trabalho que vai demorar anos. -----

Quanto à crítica da procura de receita feita pela Câmara através da aplicação de taxas como as relativas ao estacionamento ou à recolha de resíduos sólidos urbanos, salientou que, de igual modo, se critica a Câmara por não ter feito mais despesa, ressaltando, nesse âmbito, que a Câmara não tem o dom para resolver o problema de, baixando a receita, aumentar a despesa e que, não tendo esse dom, tem que gerir com os recursos que tem ao dispor. -----

Relativamente à afirmação de que a Câmara despediu pessoas, disse não ter havido despedimentos, dando nota que tinham sido contratados professores no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular mas que a Câmara devolveu essa competência ao Ministério da Educação, e que foram esses professores que deixaram de estar vinculados à Câmara. -----

Quanto à questão dos buracos e do pó, disse não saber como é que se executam redes de saneamento sem abrir buracos e sem levantar pó, ressaltando que, segundo disse saber, não há maneira de contornar esse problema. -----



Relativamente ao processo de revisão do PDM referiu já ter explicado, na presente sessão, o porquê do atraso na conclusão desse processo. -----

A propósito da questão da isenção do Europarque do pagamento do IMI, sublinhou que o Europarque foi um empreendimento no qual eram depositadas várias expectativas, que muita gente se empenhou para que esse equipamento fosse uma realidade e que espera que o Poder Central tenha uma atenção especial para com o Europarque, no intuito de que o mesmo continue a ter atividade, realçando tratar-se de um equipamento importante e de grande valia para o Concelho. -----

Quanto às questões colocadas pela deputada municipal Lúcia Gomes, aludiu à afirmação proferida pela mesma de que o PSD vai além do estabelecido no Memorando de Entendimento com a Troika para referir que Portugal estava na bancarrota e que isso não era brincadeira, pelo que o País teve a necessidade de recorrer a um programa de assistência financeira. Salientou que a Troika exigiu certas garantias para emprestar dinheiro a Portugal e que, perante isso, foi assinado um acordo que tem de ser cumprido, ressaltando, todavia, que o Memorando não significa que o Governo não possa ter perspectivas de intervir politicamente no País se entender que é melhor para o seu desenvolvimento. Afirmou que o Governo foi legitimamente eleito pelos portugueses, que tem uma missão a cumprir e que é preciso esperar pelos resultados, desejando que o Governo tenha êxito porque isso significa, também, o êxito de Portugal. -----

Salientou que também é crítico de muitas decisões do Governo, dando como exemplo da Lei dos Compromissos, referindo que apesar de concordar com o princípio dessa lei discorda com a fórmula da sua aplicação, dizendo considerá-la como sendo uma decisão drástica e extremamente restritiva, frisando que, do dia 21 para o dia 22 de fevereiro, a Câmara deparou-se com uma lei para a qual não estava minimamente preparada. Nesse âmbito, disse esperar que com a regulamentação da Lei dos Compromissos surja alguma forma de escape ou algum modo de financiamento para as dívidas de curto prazo dos municípios, ressaltando que, caso isso não aconteça, vai ser extremamente complicado fazer a gestão dos mesmos. -----

Quanto à questão sobre as manifestações diárias, referiu que ao Governo cabe a responsabilidade de governar enquanto outras pessoas têm o papel de fazer manifestações, salientando que essas pessoas também estão a cumprir a sua missão. -----

Relativamente ao número de pessoas que recorrem aos bancos alimentares e ao apoio da rede



social, disse que esses casos estão devidamente sinalizados pela Divisão de Ação Social e Qualidade de Vida da Câmara e pela rede social concelhia, frisando ser um processo evolutivo dado que enquanto umas pessoas começam a receber apoio outras deixam de ter a necessidade de o receber, sublinhando confiar no trabalho executado pela rede social concelhia. -----

A propósito da participação de 15% que a Câmara detém da FeiraPark, realçou que o objetivo da FeiraPark é acolher investimento de empresas inovadoras, informando, a respeito do projeto relacionado com as energias renováveis, que o mesmo chegou a estar praticamente certo para aquele local mas que o promotor desistiu desse investimento, sublinhando que nem a Câmara nem a FeiraPark se podem impor à vontade dos promotores. Disse que a FeiraPark coloca à disposição dos investidores determinadas condições e uma determinada estrutura, mas que cabe aos investidores decidir, recordando, também, que a capacidade de investimento, neste momento, é reduzida até porque o apoio bancário é praticamente inexistente. -----

Sobre a crítica de que a Câmara Municipal de Santa Maria da Feira não se pronuncia quando há falências fraudulentas de empresas no Concelho, disse acreditar que haja Câmaras que o façam, mas que considera que a pronúncia das Câmaras Municipais em nada altera e em nada resolve a situação, salientando que quando uma empresa abre um processo de falência raramente há maneira de a recuperar. -----

A propósito do porquê de ainda aparecer no Relatório de 2011 referências ao Programa PARES, disse que apesar desse Programa se ter iniciado há cerca de 3 ou 4 anos, alguns dos projetos desse Programa ainda estão a decorrer e, daí, constar do Relatório. -----

Sobre a afirmação de que o Executivo Permanente da Câmara está em posição de falar e exigir do atual Governo, disse ser verdade que o está mas que o problema é que o Governo não tem como responder às exigências feitas pela Câmara Municipal de Santa Maria da Feira.

Relativamente ao cheiro verificado no lugar da Lavandeira, no centro da Cidade de Santa Maria da Feira, disse que essa zona não tem rede de saneamento básico, informando que foi dada prioridade, na Bacia do Cáster, àquela zona da cidade exatamente para tentar resolver o problema, dando nota que a obra está a decorrer. -----

Sobre a questão da popularmente chamada de “ribeira do chiqueiro”, em S. Paio de Oleiros, disse ser uma das que estão na Bacia de Rio Maior e onde o sistema de saneamento está executado, mas que ainda existirão ligações por fazer, principalmente industriais. -----



O Sr. Vice-Presidente da Câmara prosseguiu a sua intervenção aludindo às questões colocadas pelo membro Rui Tavares, comentando que algumas eram de carácter muito específico e que um político não tem de saber todos os números que constam das Contas. Disse que os mapas financeiros são emitidos pelo sistema informático, que são tratados pelos técnicos de contabilidade e pela diretora financeira e que, portanto, não lhe fosse pedido saber se esta ou aquela pessoa recebeu esta ou aquela quantia, no exercício de 2011. -----

No âmbito da questão do porquê do aumento da verba arrecadada do IMI não ter sido aplicada no pagamento de dívidas, disse que as dívidas da Câmara ascendem a 78 milhões de euros e que cerca de 47 milhões de euros são referentes a dívidas de médio e longo prazo, dizendo, todavia, que a dívida que mais preocupa é a de curto prazo, na ordem dos 31 milhões de euros, dizendo que essa dívida de curto prazo tem a ver com subsídios às Juntas de Freguesia e associações, bem como com alguns fundos comunitários que a Câmara está na expectativa de receber, referentes ao saneamento básico, mas que ainda não recebeu porque houve algum atraso na execução do QREN, ressaltando que esse atraso está a criar alguma dificuldade à Câmara. -----

Sobre a afirmação de que a Câmara demoraria quatro anos a pagar a dívida caso deixasse de fazer compras, referiu que a gestão de uma organização como a de uma Câmara Municipal não está restrita ao prazo de quatro anos, sublinhando existir dívidas de longo prazo que têm de ser geridas, com prazos de, por exemplo, 15 ou 20 anos, ressaltando que a Câmara faz uma gestão equilibrada e que, apesar das dificuldades, vai procurar cumprir com os seus credores. - Sobre a execução do PAAC de 2011, mencionou que a Câmara fez um compromisso com as associações concelhias com vista ao pagamento das dívidas em atraso, fazendo sobressair que a Câmara está a tentar regularizar essa situação. -----

Relativamente ao Centro Escolar de S. Domingos, referiu que a Câmara é muito pouco vaidosa e que, por isso, não procedeu à inauguração de nenhum dos centros escolares que já se encontram em funcionamento, salientando que o de S. Domingos foi um dos intervencionados e que tem uma capacidade para oito turmas, embora só tenha, neste momento, cinco turmas. Sublinhou que é preciso ver os regulamentos para as candidaturas aos fundos comunitários, ressaltando que o regulamento para a reorganização do parque escolar é direcionado para a construção de obra, dizendo que, mediante isso, a Câmara tem de fazer uma gestão em função das necessidades. -----



Relativamente às questões colocadas pelo membro António Cardoso, aludiu à crítica de que as ETAR estão concluídas mas que não há rede de saneamento ligada para dizer que, de facto, há muitas pessoas que ainda não efetuaram a ligação apesar da respetiva rede já passar às suas portas. Referiu que as ETAR e a rede de saneamento não funcionam uma sem a outra, independentemente se primeiro são construídas as ETAR ou a própria rede, sublinhando que as ETAR estão em funcionamento e que já existem partes da rede de saneamento ligadas e que, entretanto, mais ligações vão sendo feitas de modo gradual. -----

Quanto à crítica de que os centros escolares demoram dois ou três anos a serem concluídos, disse que isso é verdade e que, por vezes, até demoram mais, mas que gostava de saber qual o município do País que se atreve a fazer o investimento que o de Santa Maria da Feira está a fazer, no que aos centros escolares diz respeito. Frisou que as escolas estão a funcionar e que têm condições fantásticas, sugerindo que se questionasse a qualquer uma das pessoas ou a qualquer um dos Presidentes de Junta de Freguesia onde os centros escolares estão a funcionar, se estavam satisfeitos, para comprovar essa satisfação. -----

Sobre a demora na construção do Centro Escolar de Lourosa, explicou que o empreiteiro deu um preço extremamente baixo e depois não teve a capacidade de executar a obra, pelo que o contrato com esse empreiteiro foi rescindido, informando que, entretanto, foi aberto novo concurso público para aquela obra, dando nota que a mesma está a decorrer. -----

Salientou que, de igual forma, foram tidos alguns problemas relativamente às obras do Centro Escolar de S. João de Ver, mas que os mesmos foram ultrapassados. Frisou ser natural que a Câmara, ao avançar com a construção de quinze centros escolares, ao avançar com a EB 2,3 de Paços de Brandão, ao pretender avançar com a EB 2,3 de Santa Maria da Feira e ao pretender iniciar o Centro Escolar de Canedo, encontre algumas dificuldades, sublinhando, contudo, que está muito orgulhoso com o trabalho que a Câmara tem desenvolvido nesse âmbito. -----

Sobre o Parque Empresarial da Cortiça (PEC), disse ser necessário ter a coragem para, em qualquer momento, tomar decisões, salientando que toda a gente tem a coragem para anunciar grandes obras mas que muitos poucos a têm quando é necessário dizer que determinada obra não é para avançar porque as condições não são propícias. Confirmou que as condições não eram as propícias para que se decidisse avançar com o projeto do PEC, ressaltando que a Câmara estabeleceu contactos com potenciais parceiros privados e todos eles disseram que o



projeto, do seu ponto de vista, não era interessante e que não valia a pena gastar mais dinheiro nele. -----

Frisou ser verdade que foi feita a via do PEC mas que considera que o dinheiro gasto nessa via não foi um desperdício mas sim o aproveitar da Câmara para, inteligentemente, com o apoio de fundos comunitários, fazer um troço da via Feira/Nogueira, dizendo tratar-se de uma via que consta dos planos municipais há muitos anos e que a Câmara espera ter condições para, um dia, a construir. -----

Quanto à questão do estacionamento pago na Cidade de Santa Maria da Feira, disse que só no Centro Histórico, numa zona muito restrita, é que existem parquímetros e que, por isso, não considerava correto afirmar-se que sempre que alguém vem à cidade de Santa Maria da Feira encontra parquímetros. -----

O Sr. Vice-Presidente da Câmara concluiu a sua intervenção dizendo que o membro António Cardoso referiu que os membros do Executivo Permanente da Câmara esforçavam-se mas que estavam cansadas, que lutavam desesperadamente para sair da teia, que estavam a fazer uma travessia do deserto, mas que depois usou uma expressão que deitou por terra todas essas críticas quando afirmou que não faltava o querer a essas mesmas pessoas. Frisou considerar essa expressão como um elogio, ressaltando ser verdade que não falta querer ao Executivo Permanente da Câmara, que os resultados estão a ser conseguidos e que a obra está à vista. ----

A deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU) pediu a palavra para fazer um ponto de ordem à Mesa, o que lhe foi concedido. Solicitou que se criassem as condições para que todos os membros pudessem ouvir as intervenções, referindo que parte dos eleitos não conseguiram ouvir as explicações dadas pelo Sr. Vice-Presidente da Câmara uma vez que outros estavam a fazer ruído de fundo, ao que o *Sr. Presidente da Assembleia* disse ter também ouvido esse ruído de fundo e que o mesmo, por vezes, perturba a audição das intervenções, solicitando aos membros da Assembleia para colaborarem nesse aspeto. -----

Entretanto, no decorrer da discussão deste assunto, saíram os membros Ângelo Castro, António Vilar Oliveira, Leandro Reis, Arménio Magalhães, Susana Correia – Presidente da Junta de Freguesia de Espargo, Manuel Custódio – Presidente da Junta de Freguesia de Mosteirô, e Henrique Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira da



Regedoura. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 40 votos a favor (PSD: 34, PS: 5, Ind.), 13 votos contra (PS: 10, CDS-PP, BE, CDU), e 1 abstenções (PS), aprovar o Relatório de Atividades, a atualização do Inventário, bem como o Relatório de Gestão, com a respetiva Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício, e os restantes documentos de Prestação de Contas do ano de 2011 da Câmara Municipal – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Saíram os membros José Manuel Leão, Gastão Valente – Presidente da Junta de Freguesia de Escapães, Manuel Jacinto Moreira – Presidente da Junta de Freguesia de Romariz, e José Leite – Presidente da Junta de Freguesia de Sanfins. -----

4 – Relatório e Prestação de Contas do Exercício de 2011 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe – cuja distribuição foi feita, oportunamente, em formato digital (CD-ROM), aos membros da Assembleia, tendo cada grupo municipal recebido um exemplar dos mesmos, em papel – a que se refere a deliberação camarária de 16 de abril de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Informou que o assunto é presente à Assembleia para conhecimento, questionando se algum dos Srs. deputados municipais pretendia usar da palavra relativamente à matéria em questão. Registadas as inscrições, passou a palavra ao membro Pedro Soares. -----

Interveio o membro *Pedro Soares* (BE), que começou por dizer que no Relatório de 2011 da Feira Viva consta uma frase que diz que a Feira Viva tem uma situação financeira invejável. Questionou se essa situação financeira invejável não decorre, apenas e só, da manigância financeira do passar o que era um pavilhão municipal, o Pavilhão da Lavandeira, para o que é a esfera orçamental da empresa Feira Viva, tirando-a, desse modo, de uma situação negativa. -



Interveio o membro *Rui Tavares* (CDS-PP), que começou por aludir a um gráfico apresentado na pág. 16 do documento, referente à parte Rendimentos, da Análise de Contas 2011, salientando que no mesmo é representado um aumento do volume de negócios de 19,73% bem como uma diminuição dos subsídios da Câmara para a Feira Viva de 22,76%. ---- Frisou que apesar do quadro fazer transparecer uma imagem muito bonita, tais resultados resultam, pura e simplesmente, da cobrança das pulseiras para a entrada na edição de 2011 da Viagem Medieval, sublinhando que o aumento de 19,73% do volume de negócios correspondente exatamente ao valor cobrado pelas pulseiras na entrada da Viagem Medieval. - O *Sr. Presidente da Assembleia* interrompeu o membro Rui Tavares para dizer que o presente ponto da Ordem do Dia é para informação e não para debate, salientando que ou o membro Rui Tavares usava a sua intervenção para pedir um esclarecimento ou, então, pedia-lhe o favor de encerrar a intervenção, ao que o membro *Rui Tavares*, face a isso, deu por encerrada a sua intervenção. -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* que esclareceu que a situação financeira da Feira Viva não tem a ver com a transmissão do Pavilhão da Lavandeira mas sim com o facto da entrada para a Viagem Medieval, em 2011, ter sido paga, ressaltando que esse pagamento representou uma receita de cerca de 450 mil euros. Referiu estar relacionada, de igual forma, com a situação do pagamento do IVA, dizendo ter entrado uma verba superior a 1 milhão de euros que constituiu garantia no processo em curso na altura, relativo ao pagamento do IVA nos subsídios. -----

Seguidamente, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento do Relatório, com a respetiva Proposta de Aplicação de Resultados, e as Contas do Exercício de 2011 da Feira Viva, Cultura e Desporto, E.E.M. – dossiê cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Reentrou o membro José Manuel Leão, tendo saído o membro Manuel Mota Pinho.-----

5 – Desafetação do domínio público da parcela de terreno com a área de 328 m², sita na



Rua do Parque e na Rua Central, em Canedo-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia. -----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 19 de março de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que, aludindo à ata da reunião camarária em referência, referiu que um vereador disse que o assunto em questão é um caso de polícia e que, por isso, esse vereador votou contra a desafetação. Solicitou esclarecimentos à Câmara quanto a essa questão. -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* para dizer que, de facto, houve a ocupação de uma parcela de terreno do domínio público, salientando que, como é dito na ata da reunião camarária, a própria Câmara apenas tomou conhecimento dessa situação quando foi pedido um licenciamento para a construção de um anexo, nas traseiras da habitação do terreno ao lado dessa parcela. Ressaltou que o próprio proprietário do terreno ao lado da parcela em questão não tinha a consciência que a estava a ocupar, ressaltando que a Câmara Municipal não atuou, na altura, porque não conhecia a situação. -----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 35 votos a favor (PSD: 31, CDS-PP, CDU, Ind., PS:1), 9 votos contra (PS: 8, BE) e 6 abstenções (PS), aprovar, sob proposta da Câmara, a desafetação do domínio público, para integração no domínio privado municipal, da parcela de terreno, com a área de 328 m², sita na Rua do Parque e na Rua Central, em Canedo – identificada em planta que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada na pasta anexa ao respetivo livro de atas. -----

Saíram os membros Manuel Pinheiro, Francisco Camilo – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria de Lamas, Sebastião Castro – representante, nesta sessão, do Presidente da



Junta de Freguesia de S. João de Ver, e Diana Resende – representante, nesta sessão, do Presidente da Junta de Freguesia de São Miguel de Souto.-----

6 – Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o documento em epígrafe e, em seguida, passou a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para que este prestasse os devidos esclarecimentos à Assembleia.-----

O *Sr. Vice-Presidente da Câmara* explanou o assunto em referência, nos termos constantes da deliberação camarária de 19 de março de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Interveio o membro *Antero Barbosa (PS)* que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Parece que será desta que os jovens terão uma palavra a dizer quanto ao seu futuro no concelho, com a implantação do Conselho Municipal da Juventude. Mas quero salientar que com a criação dos CMJ que Câmara Municipal passe à acção, e não à habitual inacção que por vezes assistimos.-----

É um facto, que houve uma oposição à aplicação do CMJ pela Associação Nacional de Municípios e também pela Câmara Municipal. O CMJ, no entanto, deveria ter sido implementado desde logo, uma vez tratando-se de um instrumento democrático excepcional, no sentido do executivo poder demonstrar o interesse de querer ouvir a opinião dos jovens de forma efectiva, realçando desde logo o carácter apenas consultivo do CMJ. Neste período de tempo, talvez, digo eu! o executivo, ou não quis deliberadamente aplicar o CMJ, ou simplesmente negligenciou a sua aplicação. Caso assim seja, uma destas atitudes é reprovável. Somando a isto, quero afirmar que o Regulamento foi publicado em DR em Fevereiro de 2011, devido à enorme pressão da JS Feira. Recordamos que a Juventude Socialista de Santa Maria da Feira foi desde o início o grande motor concelhio para que a Câmara Municipal pudesse dar a devida atenção ao assunto.-----

No entanto, desde 2009, não existiu nenhum motivo de maior, que inviabilizasse desde logo a



implementação de um CMJ no Concelho. Recorda-se que mesmo antes da existência da legislação de 2009, vários concelhos do País já detinham um Conselho Municipal de Juventude. -----

Para nós é claro que houve por parte do executivo uma clara falta de vontade política em ouvir os jovens. -----

Tendo em conta todo este percurso, consideramos que é positiva a aprovação do Regulamento proposto. Porém, continuo preocupado com a efectiva implementação deste órgão, razão pela qual sugerimos que seja apresentado pelo executivo um cronograma que evidencie as “datas objectivo” relativas à real implementação do CMJ no Concelho.” -----

Usou da palavra a deputada municipal *Lúcia Gomes* (CDU), que começou por afirmar que os Conselhos Municipais de Juventude já existem, em muitos municípios, muito antes da Lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro e que, entretanto, tiveram de se adaptar a essa lei, sublinhando que a existência, ou não, do Conselho Municipal de Juventude não dependia da publicação de qualquer lei mas sim da vontade política das Câmaras Municipais em constituir-los. Salientou que apesar de aprovada em 2009, essa lei não foi aplicada porque o PS e o PSD apresentaram uma proposta de alteração à mesma, sublinhando que só em 2012 essa alteração foi publicada através da Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro. -----

Disse que, segundo se lembrava, no anterior mandato, o Sr. Vereador do Pelouro da Cultura, Desporto e Juventude, Amadeu Albergaria, não estava muito de acordo com a referida Lei n.º 8/2009, frisando que queria deixar bem vincado que a CDU considera que a nova lei não veio trazer rigorosamente nada ao associativismo juvenil, antes pelo contrário. Fez sobressair que não cabe à Câmara Municipal, de modo algum, regulamentar ou dirigir os trabalhos das associações juvenis, ressaltando que à Câmara Municipal compete, como competia anteriormente, constituir os Conselhos Municipais de Juventude. Salientou, todavia, que um Conselho Municipal de Juventude, à imagem do que se passa com um Conselho Municipal de Educação ou com um Conselho Municipal de Segurança, tem que ter a autonomia e a liberdade para fazer o seu próprio regimento, para decidir sobre as suas competências e a sua composição. -----

Salientou que a Lei n.º 6/2012, de 10 de fevereiro, veio impor uma série de competências e de responsabilidades, fazendo sobressair que, nas atuais circunstâncias, é impensável que seja a



Câmara Municipal a ter que fazer tudo aquilo que está nessa lei, desresponsabilizando totalmente o Estado, através do Instituto Português do Desporto e Juventude, na promoção do associativismo juvenil. -----

Referiu não considerar correto que se exija dos Conselhos Municipais de Juventude a emissão de pareceres sem que lhes seja dado o prazo necessário e a capacidade para se prepararem devidamente, fazendo sobressair que não pode caber à Câmara Municipal orientar e promover iniciativas no âmbito da Juventude e, nesse sentido, arregimentar as associações juvenis. Sublinhou que as associações juvenis e as associações de estudantes têm de ter autonomia para decidir acerca do seu próprio associativismo. -----

Disse que a Associação Nacional de Municípios Portugueses emitiu um parecer violentíssimo contra a ingerência das Câmaras Municipais naquilo que é o associativismo juvenil, ressaltando que o regulamento em questão o que pretende é ingerir, de forma não legítima, naquilo que são as competências das associações juvenis e das associações de estudantes. -----

Realçou que a CDU enviou à Câmara Municipal propostas de alteração ao regulamento mas que nenhuma delas foi contemplada, fazendo sobressair que essas propostas iam ao encontro dos reparos feitos quer pela Associação Nacional de Municípios Portugueses quer pelo Conselho Nacional de Juventude. Frisou que o regulamento apresentado não tem o acordo das associações juvenis nem das associações de estudantes uma vez que o mesmo pretende arregimenta-las numa pequena assembleia municipal, sublinhando que isso em nada vai contribuir para as políticas de juventude. -----

Disse não compreender, portanto, a volta de 180 graus dada pelo PSD, frisando que, pelo que se recordava, o PSD de Santa Maria da Feira e o Executivo PSD da Câmara Municipal não concordava com o regulamento proposto. -----

Concluindo a sua intervenção, a deputada municipal Lúcia Gomes disse compreender tratar-se de uma exigência legal, comentando, no entanto, que há sempre margem para dar a autonomia regimental que tem que ser dada aos Conselhos Municipais, referindo que não acreditava que um Conselho Municipal de Segurança ou um Conselho Municipal de Educação aceitasse que fosse o Governo a dizer quais as suas competências e a sua organização e que, por maioria de razão, as associações juvenis também não o podem aceitar só porque são constituídas por jovens. -----



Interveio a deputada municipal *Adriana Cardoso* (PSD), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

“Numa altura em que se acentua a escassez de recursos para fazer face às necessidades e em que é premente, mais do nunca, uma eficaz e estratégica afectação dos mesmos recursos, torna-se necessário promover o envolvimento dos cidadãos, em especial os jovens, numa participação cívica activa.-----

A criação do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira reveste-se, desta forma, de uma grande importância pela aproximação dos jovens e do movimento associativo juvenil à autarquia; dando a conhecer mutuamente problemas, necessidades e aspirações e recolhendo contribuições das estruturas associativas juvenis para o desenvolvimento do Concelho.-----

O grupo municipal do PSD desta Assembleia congratula-se, assim, com a iniciativa da Câmara de implementação do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira. Saúda a celeridade com que, após a publicação da Lei n.º 6/2012, de 10 de Fevereiro:-----

- foi elaborado um Projecto de Regulamento desse Órgão de acordo com a nova normativa; ---

- foi levado a reunião de Câmara a 19 de Março (onde foi aprovado); -----

- está em apreciação na sessão da Assembleia Municipal imediatamente posterior à publicação da referida Lei; -----

e, para além disto, -----

- estão já a ser contactadas as entidades que farão parte deste Órgão, com vista à realização de uma reunião prévia e subsequente instalação do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira. -----

Esta iniciativa mostra que a Câmara Municipal está empenhada em activar o Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira; reconhece o contributo deste Órgão para o desenvolvimento sustentável do Concelho e valoriza a participação dos jovens e das estruturas associativas juvenis na reflexão, discussão e definição da Política Municipal de Juventude. ---

O Projecto de Regulamento proposto pela Câmara Municipal contempla as alterações introduzidas à Lei n.º 8/2009, de 18 de Fevereiro – que criava o regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude – pela Lei n.º 6/2012, de 10 de Fevereiro. De destacar que o novo Projecto de Regulamento: -----

i) Acrescenta a representação das associações de estudantes de ensino básico, secundário e



ensino superior, ainda que não inscritas no Registo Nacional das Associações Juvenis – questão que foi, aliás, levantada pela JSD/PSD aquando do período de discussão pública (decorrido entre Fevereiro e Abril de 2011) do Projecto anterior de Regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira; -----

ii) Esclarece, de forma inequívoca, que os pareceres a emitir pelo Conselho Municipal de Juventude não têm carácter vinculativo e que a sua não emissão não obsta à apreciação e votação do Plano e Orçamento municipais; -----

iii) Enumera os procedimentos a seguir para a emissão de parecer obrigatório, apontando, designadamente, a realização de uma reunião entre a Câmara Municipal e o Conselho Municipal de Juventude na fase de preparação de parecer acerca do Plano e Orçamento municipais; -----

iv) Prevê a competência de eleger um representante no Conselho Municipal de Educação; -----

v) Assinala a possibilidade da constituição de Comissões Intermunicipais de Juventude; -----

e -----
vi) Clarifica a forma de prestação de apoio logístico e administrativo à actividade do Órgão. ---
Santa Maria da Feira tem um movimento associativo reconhecidamente forte e dinâmico. Os seus jovens, em particular, demonstram um grande espírito de voluntariado e de entrega a projectos em que acreditam. -----

A participação cívica é um dos pilares da cidadania. Cidadania, esta, que se exerce participando democraticamente na resolução de problemas que afectam o nosso quotidiano. Cidadania, esta, que impulsiona o desenvolvimento social, cultural e económico de uma região. -----

Como Órgão consultivo nos assuntos relacionados com a juventude, acreditamos, portanto, que o Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira prestará um contributo positivo no desenvolvimento do nosso Concelho.” -----

Usou da palavra o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* para esclarecer que o projeto de regulamento apresentado cumpre, essencialmente, o estabelecido na Lei, frisando que o que estava em discussão e o que estava a ser proposto à Assembleia Municipal era o projeto de regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira, realçando que as associações juvenis poderão adaptar os seus regimentos de acordo com as suas necessidades. --



O membro *Leandro Reis* (PS) pediu a palavra para fazer um breve esclarecimento, o que lhe foi concedido. Disse que, apesar de ser-se jovem é preciso ter memória, ressaltando que quando não se sabe do que se fala pelo menos que não se diga somente a meia verdade, comentando que meia verdade é meia mentira.-----

Referiu que não discutia com a deputada municipal *Lúcia Gomes* se a lei era boa ou má, ressaltando que já por três ocasiões ouviu a opinião da *Lúcia Gomes* relativamente a essa matéria, nas mesmas três ocasiões em que a JS levantou a questão na Assembleia Municipal. Frisou que somente a JS o havia feito e que, na presente sessão, foi a primeira vez que a JSD falou do assunto na Assembleia Municipal.-----

Salientou, em segundo lugar, que foi a JS Nacional que lançou a lei em questão e que o fizera exatamente no dia anterior ao dia da Festa das Fogaceiras, num momento em que teve a oportunidade de estar presente, e que queria deixar esse ponto esclarecido.-----

Relativamente ao trabalho desenvolvido pelo PS referiu que, ao ler-se o preâmbulo da proposta transcrita na ata da reunião camarária que foi distribuída, constata-se que um vereador do PS teve uma participação ativa no processo e que, portanto, considera redutor dizer-se, nesta Assembleia Municipal, que o PS não fez nada.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 44 votos a favor (PSD: 29, PS: 13, CDS-PP, Ind.), 1 voto contra (CDU) e 1 abstenção (BE), aprovar o projeto de regulamento do Conselho Municipal de Juventude de Santa Maria da Feira – documento cujo teor se dá aqui por reproduzido e fica arquivado na pasta anexa ao respetivo livro de atas.-----

7 – Subsídio ao Rancho Folclórico de São Tiago de Lobão-----

- Autorização da repartição de encargos-----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 06 de fevereiro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita.-----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o *Sr. Presidente da Assembleia* passou a submeter o assunto a votação.-----



E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 46 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar a repartição de encargos respeitante ao subsídio em epígrafe, pelos os anos de 2012, 2013 e 2014, a ser pago da seguinte forma: 10.000,00 € em 2012; 22.500,00 € em 2013; e 15.000,00 € em 2014.-----

8 – Seguros dos Bombeiros -----

- Autorização da repartição de encargos -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 02 de abril de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou a submeter o assunto a votação. -----

E, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade – todos os grupos municipais e o membro independente – estando presentes 46 dos 64 membros que compõem este Órgão, autorizar a repartição de encargos para o ano de 2013, no montante de 24.456,84 €, no âmbito do procedimento do concurso de seguros e no que respeita apenas aos encargos assumidos referentes aos seguros dos bombeiros. -----

9 – Fogaças em Faiança Artística Bordallo Pinheiro -----

- Fixação de Preço (para conhecimento) -----

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 06 de fevereiro de 2012 enviada, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita, informando tratar-se de um assunto presente à Assembleia para conhecimento. -----

Verificando que nenhum dos Srs. deputados municipais pretendeu usar da palavra relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal, no seguimento da deliberação tomada por este



Órgão na sua sessão extraordinária de 17 de Novembro de 2000, tomado conhecimento dos seguintes preços de venda das fogaças em faiança artística Bordallo Pinheiro: -----
- Fogaça Queijeira – 40 € (quarenta euros) cada unidade e Fogaça Miniatura – 10 € (dez euros).-----

10 – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Santa Maria da Feira (para conhecimento)-----

- Relatório de Atividades de 2011-----

- Plano Local de Promoção e Proteção dos Direitos das Crianças para o ano de 2012-----

O Sr. *Presidente da Assembleia* apresentou os documentos em epígrafe, a que se refere o ofício remetido à Mesa pelo Sr. Presidente da Comissão em referência, registado na Divisão de Administração Geral sob o n.º 2952, em 09 de fevereiro de 2012, enviado, oportunamente, a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrito.-----

Interveio a deputada municipal *Alexandra Sousa* (PS), que leu documento escrito cujo teor, seguidamente, se transcreve:-----

“Mais um ano passado (e já se contam dois) e aqui estou (mais uma vez) no órgão que me nomeou para dar a conhecer o trabalho desenvolvido na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.-----

Atualmente, tenho 13 processos em execução e acompanhamento e ao longo do ano transato, procedi a 15 arquivamentos, 4 processos enviados para Tribunal e 3 enviados para outras CPCJ'S.-----

Para além de todo este trabalho burocrático desenvolvido com os processos, procedo ao atendimento aos pais, faço contactos com a rede social, participo na tomada de decisões em Comissão restrita, faz-se visitas domiciliárias e assinatura de acordos de promoção e proteção das crianças e jovens.-----

Este trabalho de voluntariado, acontece semanalmente, geralmente, 2 manhãs por semana e ainda, quinzenalmente acresce a reunião de Comissão restrita.-----

Para além disto, participo nas reuniões de Comissão Alargada de 2 em 2 meses e em projetos de sensibilização da mesma (sempre que necessário), bem como em encontros organizados pelos parceiros sociais e da rede social.-----



Mais ainda, para que a CPCJ esteja no caminho das novas tecnologias, fiz a atualização das páginas da internet e do Facebook, bem como se insere toda a informação dos processos na plataforma da Comissão Nacional. -----

Finalizando, com esta minha atitude, mais do que prestar contas, quero sensibilizar esta Assembleia e cada um de nós, pessoalmente, para a temática da proteção e promoção das crianças e jovens; que, individualmente, todos nós nos dediquemos e empenhemos de alma e coração à causa, quer quando somos nomeados (e, neste caso, que o façamos com consciência do que nos é pedido e da exigência da mesma problemática), quer como cidadão comum, que perante a lei temos obrigação de denunciar qualquer ato que coloque em risco ou perigo, uma criança ou jovem. Não nos esqueçamos nunca, que as crianças são pessoas de direitos e nós devemos ser a rede que não os deixa cair e nunca aquela rede que os cerca. -----

Aproveito também, para (mais uma vez, em muitas), pedir à Câmara Municipal que tenha em vista a resolução célere da necessidade de novas instalações para a CPCJ, de modo a que o bom trabalho desenvolvido possa chegar a um grau ainda mais elevado de excelência. -----

Quero também deixar aqui registado o meu agradecimento por me ter sido permitido tomar contacto com esta realidade e contribuído para a solução de algumas problemáticas, mas mais do que isso, agradecer ainda, a possibilidade de ter conhecido todas as pessoas com que lá trabalhei, dedicando o seu tempo, de coração, especialmente, o ex-Presidente – Horácio Sá – que terminou o seu mandato. Um bem-haja Sr. Horácio pelo Homem justo, delicado e dedicado à causa das nossas crianças. Muito boa sorte à atual Presidente – Ana Cristina Castanhola – mulher decidida, competente, dedicada, empenhada, dinâmica e muito capaz. Felicidades Ana. Tenho dito.”-----

Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia passou para o ponto seguinte da Ordem do Dia, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento dos documentos em epígrafe. -----

**11 – Autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal
- Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro -----**

O *Sr. Presidente da Assembleia* apresentou o assunto em epígrafe, a que se refere a deliberação camarária de 24 de abril de 2012 distribuída a todos os membros desta Assembleia Municipal e que aqui se dá por transcrita. -----



Interveio o membro *Pedro Soares* (BE) que começou por dizer que se ia eximir de tecer mais comentários relativamente à Lei dos Compromissos uma vez que a discordância do BE já havia ficado bem patente na moção que apresentou, a esse propósito, no Período de Antes da Ordem do Dia. Relativamente à proposta em discussão, referiu parecer-lhe que o que estava em causa era o retirar “do papel” da Assembleia Municipal em vez de resolver os problemas criados pela Lei dos Compromissos. -----

Concluiu dizendo considerar ser exigido aos eleitos da Assembleia Municipal não passar a outros responsabilidades que são suas e que, por essa razão, o BE votava contra a presente proposta apresentada à Assembleia Municipal. -----

Interveio o membro *António Cardoso* (PS) que começou por salientar que, nesta sessão, já se ouviu o líder do grupo municipal do PSD, José Manuel Leão, dizer que o espírito subjacente à Lei dos Compromissos está correto. Referiu que a lei é para cumprir e que não via razões para ser concedida a autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, dizendo que esse proceder significava o não cumprimento da referida Lei dos Compromissos – Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Aludindo ao n.º 1 do artigo 11.º da citada lei, disse que os titulares de cargos políticos, dirigentes, gestores ou responsáveis pela contabilidade que assumam compromissos em violação do previsto nessa lei incorrem em responsabilidade civil, criminal, disciplinar e financeira, sancionatória e ou reintegratória, nos termos da lei em vigor. O membro António Cardoso disse que, portanto, há responsabilidades acrescidas para os eleitos políticos e que, nessa medida, os eleitos pelo PS na Assembleia Municipal não acompanhariam numa viagem que pode conduzir ao abismo nem passariam um cheque em branco, pelo que não viabilizavam a proposta em questão, feita à Assembleia Municipal. -----

Interveio o *Sr. Vice-Presidente da Câmara* que iniciou por comentar que, de facto, a Lei dos Compromissos traz algum constrangimento à gestão camarária, dizendo esperar que esses constrangimentos venham a ser corrigidos com a regulamentação da lei que será publicada. --- Disse discordar com a opinião transmitida pelo membro António Cardoso, sublinhando que a proposta apresentada à Assembleia Municipal está devidamente fundamentada, frisando que o que é proposto é uma autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia



e recordando, também, que os encargos desses compromissos não podem exceder o limite de cem mil euros e que, nas sessões ordinárias da Assembleia, será presente uma listagem dos compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia. -----

Salientou que a Câmara é confrontada, todos os dias, com a necessidade de tomar decisões e que a Assembleia Municipal apenas reúne, ordinariamente, cinco vezes por ano, ressaltando que a gestão de um órgão executivo é diferente de um órgão deliberativo, fazendo notar que não se está a desresponsabilizar a Assembleia Municipal porque, ao assumir a autorização genérica, a Assembleia está a assumir a responsabilidade. -----

Destacou que em causa estão as despesas de compromissos plurianuais que resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano e cujos encargos não podem exceder os cem mil euros.-----

Concluiu salientando que o legislador revelou alguma cautela, que o futuro revelará o que vai acontecer com a gestão dos municípios, mas que não considera que a emissão, por parte da Assembleia Municipal, da autorização prévia genérica em causa signifique uma viagem para o abismo.-----

Seguidamente, submetido o assunto a votação, verificou-se que a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 33 votos a favor (PSD: 29, PS: 2, CDS-PP, Ind.), 11 votos contra (PS: 9, BE, CDU) e 2 abstenções (PS), sob proposta da Câmara, em reforço do consentimento legal previsto no art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, e nos termos e com os fundamentos constantes da deliberação tomada pela Câmara na sua reunião de 24 de abril de 2012: -----

1. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:-----

a. Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;-----

b. Os seus encargos não excedam o limite de 100.000,00 € (cem mil Euros) em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

2. Que a assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012,



de 21 de fevereiro, e cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas. -----

3. Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal será presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida. -----

4. Que o regime previsto na presente deliberação aplica-se a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que produzam efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2012. -----

PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO” -----

O *Sr. Presidente da Assembleia*, introduzindo o período em epígrafe, informou existir uma cidadã inscrita para intervir neste Período, nomeadamente a Sr.ª Andrea Domingos, residente na Rua Dr. José da Silva Campos, n.º 17 – Santa Maria da Feira, e que a mesma se havia inscrito para falar a respeito da “realização de tourada no Concelho de Santa Maria da Feira”. Feita a chamada, e constatando que a cidadã inscrita não se encontrava presente, deu por encerrado o Período de Intervenção do Público. -----

Em seguida, o *Sr. Presidente da Assembleia* submeteu a minuta da ata desta sessão a aprovação e, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata desta sessão. -----

Posto isto, e nada mais havendo a tratar, às 02,20 horas, o Sr. Presidente da Assembleia encerrou os trabalhos, do que para constar, se lavrou esta ata que vai ser assinada por todos os membros da Mesa. -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,